

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Nº 132 • Ano IV • 9 a 22 de julho de 1981

Cr\$ 50,00

É, não teve jeito.
Aumentamos 10 pratas.

Rio-Centro: terror absolvido

PT VAI PROCESSAR FIGUEIREDO

(pg. 3)



A força e os desafios desta greve

(pg. 20)

Golpe de 92 bilhões:

A nova trama
dos empresários

(pgs. 4 e 5)



SOS Mulheres: Encontro Nacional em Salvador contra a violência

(pgs. 14 e 15)



O escândalo do Rio-Centro

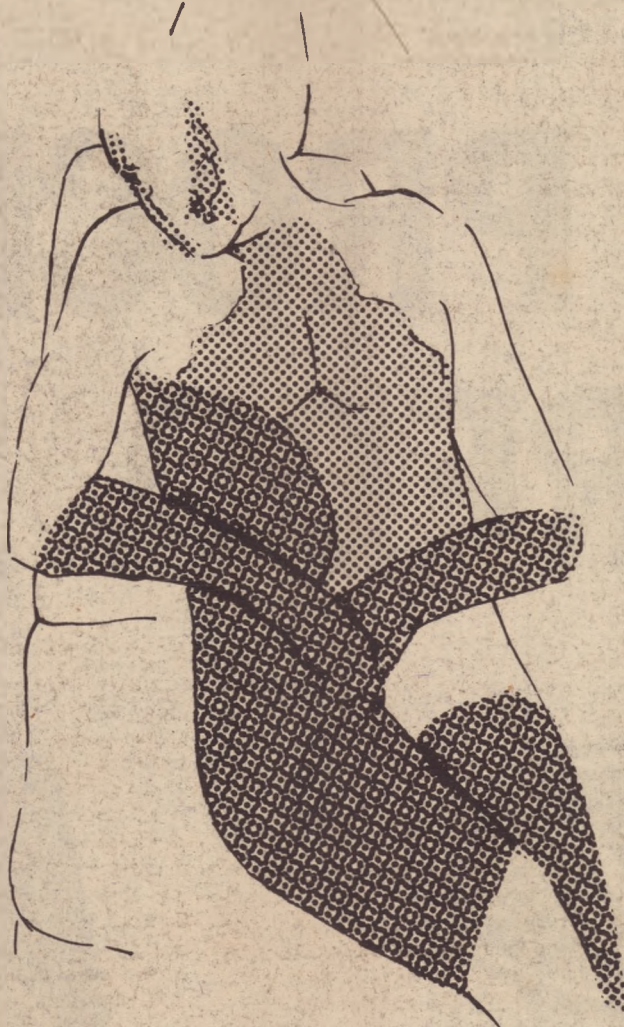
O Ministro do Exército, disse estar satisfeito, mas talvez por alguma sobra de honestidade afirmou não estar convencido.

Outros como Figueiredo calaram e pela omissão, assinaram em baixo.

Mas ninguém, ninguém mesmo, parece ter acreditado na versão do IPM.

A mentira explicada...

A versão do IPM



Região menos atingida

Laudo do IML



Região mais atingida



Fraturas expostas

A versão do IPM apresentada pelo coronel Job Lorena é frontalmente contraditória com o laudo cadavérico do sargento Guilherme do Rosário, elaborado na noite da explosão por médicos legistas. As ilustrações acima são um guia suficiente o bastante para jogar por terra qualquer pretensão de seriedade do IPM.

O coronel Job afirma, em primeiro lugar, que a genitália (órgãos sexuais) do sargento não estava dilacerada, o mais forte argumento utilizado no IPM para negar que a bomba estivesse no colo do militar. O laudo cadavérico constata categoricamente: "a genitália externa e masculina e está dilacerada."

Em segundo lugar, o IPM diz que somente a coxa direita do sargento ficou dilacerada porque a bomba explodiu daquele lado, conservando a outra quase intacta. Já o Instituto Médico Legal afirma que "a perna direita está presa apenas por um fragmento de pele", e ainda "que o membro inferior esquerdo tem ferida que compromete o terço superior da coxa, fazendo parte com a ferida abdominal e tem dilaceração de todas as partes moles."

A versão oficial, após se apoiar no fato do polegar direito do sargento ter se conservado íntegro, concluiu que suas mãos não foram afetadas. O

laudo cadavérico contesta: "ambos os membros superiores estão dilacerados, especialmente as mãos onde há depósito de substância negra". Aliás, o coronel Job não conseguiu explicar como a bomba explodindo do lado direito do sargento, atingiu mais gravemente o seu braço esquerdo.

Finalmente, o rosto segundo o IPM, teria sido afetado apenas por estilhaços do para-brisa do Puma. Pela leitura do laudo cadavérico, pode-se constatar que as faces do sargento foram bastante afetadas, a esquerda sendo mais atingida inclusive com a expulsão do globo ocular.

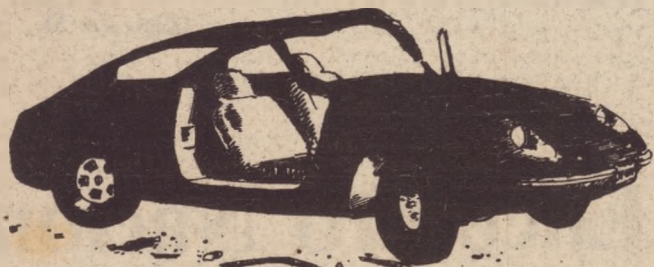
O fantasma de Lamarca e a bomba

Se fosse verídica a versão do IPM, teríamos que acreditar que o espírito do capitão Lamarca deixou o seu repouso em Pajussara, onde morreu acuado e assassinado pelas Forças Armadas, e foi assombrar os agentes do DOI-CODI na noite do dia 30 de abril no Rio de Janeiro. Pois a Vanguarda Popular Revolucionária — VPR, organização de esquerda a quem o coronel Job Lorena atribuiu reticentemente a autoria do atentado já há muito deixou de existir, dizimada que foi no princípio dos anos 70.

A VPR, fruto da união de dissidentes da organização Política Operária com militares do Movimento Nacionalista Revolucionário, marcou a sua trajetória com uma série de ações militares espetaculares e pela leganda do capitão Lamarca. Após um breve integrando a VAR-Palmares, a VPR retomou a sua trajetória particular, exacerbando a sua feição militarista. Infiltrada pelo famoso cabo Anselmo, que depois veio a ser revelado como agente da CIA, a VPR sofreu uma série de baixas, sendo praticamente extinta com a liquidação física de mais de duas dezenas de militantes pelos órgãos de repressão.

A sugestão do envolvimento da VPR no episódio do Rio-Centro foi feita pelo coronel Job a partir de pichações em placas localizadas a três kms do local onde a bomba explodiu e feitas no início do ano. Enfim, uma acusação tão desastrosa que lembra a imperícia dos agentes do DOI-CODI que, ao se acidentarem, revelaram o rosto e as vísceras do terror.

e confirmada



De acordo com o IPM, a bomba, confeccionada numa lata de óleo Havoline e acionada por dois relógios, teria sido colocada em um espaço de cinco centímetros, entre o banco dianteiro do Puma e sua porta direita.

Assim, de duas uma: ou a bomba não caberia — a porta do Puma inclusive não poderia ser fechada —, ou faria um tal volume que para entrar no carro o sargento teria até que saltá-la.

A destruição do banco do Puma na sua lateral direita e a fragmentação da porta, seriam, por sua vez, conseqüências inevitáveis se a bomba tivesse explodido no local indicado pelo coronel Job.

Nada disso, porém, aconteceu. Também o chão do Puma teria se danificado, o que não chegou a ocorrer.

PT quer processar Figueiredo

Contrariamente à atitude dos partidos de oposição burguesa que se esquivaram de cobrar mais firmemente de Figueiredo a apuração do atentado do Rio-Centro, os deputados do PT na Câmara estão decididos a processar o general Figueiredo por crime de responsabilidade. Argumentam que é inaceitável a postura de muitos opositoristas que hoje se omitem, pretendendo adiar o combate aos terroristas para as eleições de 82. Mesmo que a proposta do PT tenha escassas possibilidades de ir adiante, por ter de conseguir dois terços das assinaturas dos deputados da Câmara, ela deve ser saudada como um grande não à conciliação.

Os deputados do PT na Câmara estão decididos a processar o general Figueiredo por crime de responsabilidade por sua omissão conivente com os resultados escandalosos do IPM do Rio-Centro. O argumento é simples: o último responsável pelas investigações não é o comandante da unidade militar da área, não é o ministro do Exército mas o comandante em chefe das forças armadas, que é o presidente da República.

A proposta tem um amparo legal. A Constituição estabelece que os crimes de responsabilidade do presidente da República podem ser por ação ou por omissão. Existe além disso, uma lei especial — a de número 1.059 de 1950 — que estabelece um rito e um processamento para esses crimes. Para se acionar o presidente da República por crime de responsabilidade é necessário conseguir a assinatura de dois terços dos parlamentares da Câmara, cabendo ao Senado Federal o julgamento.

Os deputados também estão propondo que a organização de uma mobilização nacional contra o terror seja incluído como tema da pauta da pré-convenção nacional do PT a ser realizada em agosto ou que este seja o primeiro tema da reunião do diretório nacional eleito.

Obstáculos políticos

O obstáculo maior para a proposta dos deputados do PT parece ser não de natureza jurídica, mas política já que os outros partidos de oposição vêm mantendo uma atitude esquiiva na cobrança da omissão de Figueiredo. O deputado Ulisses Guimarães, por exemplo, preferiu afirmar que com o resultado do IPM a "autoridade do presidente foi mutilada" do que denunciá-la.

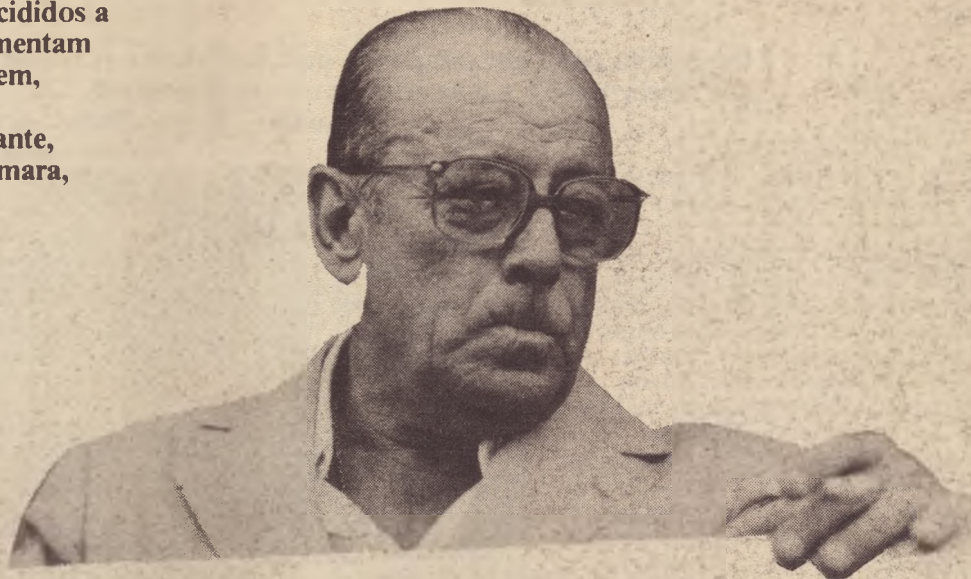
Contra os que reagiram à proposta, classificando-a de temerária, o deputado Airton Soares, líder do PT na Câmara dá uma resposta incisiva: "eu não posso admitir posições como essas que

estão sendo defendidas por alguns setores de oposição que afirmam que a nossa única preocupação deve ser com as eleições de 82. Ora, é muito claro que essas bombas são colocadas no caminho de um processo de liberalização que o regime faz para manter as rédeas do poder, para controlar o crescimento da oposição que lhe faz a sociedade civil. Se o terror age para evitar as eleições de 82, nós temos uma luta agora e não em 82. E se não lutarmos

agora, vamos ter que situação? Nós vamos chegar em 82 com as armas que o regime vai nos dar para enfrentá-lo nas eleições?"

A verdade é que a oposição liberal vem se colocando até mesmo à direita de setores militares dissidentes dentro do Exército que como o Coronel Nivaldo, o coronel Boa Ventura, o general Andrade Serpa, o coronel Cavalcanti vieram à público, desafiando a disciplina militar, para contestar o IPM. Fontes bem infor-

madas em Brasília dão conta que o coronel Tarcísio, ora sob o comando do III Exército, está prestes a pedir sua passagem para a reservar em protesto ao escândalo do Rio-Centro. É a iniciativa dos deputados do PT, ao colocar no centro a responsabilidade de Figueiredo frente ao terror, mesmo com escassas possibilidades de garantir seu encaminhamento, merece ser saudada como um grande não à conciliação que grassa nos meios opositoristas.



VERGONHA

Ministro manda deputado a PQP

Parece incrível, mas tudo indica ser verdade. A atitude do ministro Walter Pires, ao receber o manifesto de apoio de parlamentares ao tenente-coronel Nivaldo, punido por denunciar o IPM do Rio-Centro, foi um insólito e sonoro palavrão.

“Nós, os deputados signatários do documento de apoio ao tenente-coronel Nivaldo, queríamos enviar a ele os resultados do nosso trabalho de solidariedade, mas não tínhamos o seu endereço. Então, encaminhamos ao Ministro do Exército a documentação dentro de um envelope próprio e um outro ofício anexo, para que o ministério providenciasse o envio desse pacote ao tenente-coronel.

Bom, algum tempo depois, recebo um telefonema da dona Maria Dulce Braga, que é das relações de amizade do ministro do Exército e funcionária da Câmara, pedindo o meu endereço particular. O chefe de meu gabi-

nete deu o meu endereço e informou que eu estava no gabinete.

Cinco minutos depois, toca o telefone do gabinete. O coronel Amauri procurando o deputado Airton Soares. Eu atendi. O coronel Amauri me diz: "deputado Airton Soares, um minuto que o ministro quer falar com o senhor". Digo: o ministro de onde? "O ministro do Exército". Ai vem na linha um cidadão que me diz: "É o deputado Airton Soares?" Digo: é. "O senhor me enviou um ofício hoje?" Digo: enviei, sim senhor. Ele diz: "Vai prá puta que o pariu". E desligou o telefone.

Passados alguns minutos, um tanto quanto atônito, eu mandei ligar para o gabinete do Minis-



Walter Pires: um sonoro palavrão

tro para ver se existia o tal coronel Amauri. Informou-se que o coronel Amauri existia, trabalhava lá mas não podia atender ao telefone porque estava despachando com o ministro. Eu não tenho dúvida nenhuma, pela maneira como foi feito, pela voz que eu ouvi, de que tratou-se de um ato do ministro, um ato raivoso.

Estou agora providenciando uma representação ao procurador geral da República e outra representação ao presidente da Câmara porque, evidentemente me sinto injuriado pelas palavras de baixo calão que foram proferidas pelo ministro.

(Airton Soares)

Jornalistas condenados e presos

Por tornarem públicos documentos secretos do Exército, jornalistas do Coojornal, editado no Rio Grande do Sul, vão para a cadeia.

Essa tal de abertura do regime é uma graça: você pode falar de tudo, desde que não toque nas sagradas instituições do regime militar.

Os jornalistas Osmar Trindade e Carlos Rafael Guimarães Filho, mantendo a coerência de um jornalismo de combate e denúncia da repressão no país, transgrediram essas normas da ditadura. Os dois companheiros, que pertencem ao Coojornal, órgão da imprensa alternativa gaúcha, tornaram públicos relatórios das Forças Armadas que mostram as táticas utilizadas para cercar os guerrilheiros no Vale da Ribeira e para caçar o Capitão Lamarca, em Pajussara, episódio em que Lamarca é assassinado.

E como não podia deixar de ocorrer, o resultado para os que metem o dedo nesta fe-

rida é sempre o mesmo: cadeia.

Os dois companheiros foram julgados, na última sexta-feira, pelo Tribunal Militar e condenados. E, mais uma vez, a mafaldada abertura foi implacável: não os deixa recorrer em liberdade, já que foram processados anteriormente pela Lei de Imprensa.

Enquanto Osmar e Carlos Rafael aguardam, no presídio Madre Pelletier, o resultado do pedido de habeas corpus, encaminhado ao STM, continuam impunes aqueles que no passado torturaram, sequestraram e mataram centenas de militantes da oposição de esquerda.

E enquanto permanece esse espetáculo circense, nós do Em Tempo queremos nos solidarizar com os companheiros Osmar Trindade e Carlos Rafael, reafirmando mais uma vez o nosso compromisso com a defesa da verdade e da liberdade de imprensa.

O novo golpe

Os patrões estão em campanha para por abaixo o reajuste de 10% além do INPC para os trabalhadores que recebem de 1 a 3 salários que a atual lei prevê. Com isso, pretendem arrancar 91 bilhões de cruzeiros dos salários já arrojados da classe trabalhadora.

Por Juarez Guimarães

Um novo golpe empresarial está tomando corpo. Os empresários querem colocar por terra o item mais favorável aos trabalhadores na atual legislação salarial, aquele que prevê um aumento de 10% além do INPC para os assalariados de até três salários-mínimos.

Foi esta a principal reivindicação levada a Figueiredo recentemente por Luís Eulálio Vidigal, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo. Além de encontrar um ardoroso defensor em Delfim Neto, a idéia de uma alteração na legislação salarial tem cativado mais e mais grupos empresariais, assumindo o tom de uma verdadeira campanha de pressão política.

Se aprovada, a mudança consolidaria a opção tomada pelo governo no 1º de maio de não reajustar o salário-mínimo em 10% além do INPC. Ao tomar esta decisão, o governo rompeu com uma sistemática de reajuste implementada desde 1979, quando foi implantada a atual legislação salarial.

Seria além disso, o mais rude golpe que ela já sofreu. Já em outubro do ano passado, a lei foi modificada, em prejuízo dos assalariados que recebem mais de 15 salários-mínimos mensais.

Chantagem

O argumento utilizado por Vidigal para justificar a proposta da FIESP revive o velho tema da chantagem econômica que a Volkswagen tentou impor aos trabalhadores, isto é, que a garantia do emprego só pode se dar com a penalização dos salários. De acordo com o presidente da FIESP, os reajustes superiores ao INPC para aqueles que recebem de 1 a 3 salários-mínimos geram uma pressão insustentável sobre o lucro empresarial, situação já agravada com as altas taxas de juros e com o decréscimo nos gastos do governo. Assim, a alteração na lei seria, ao final, favorável aos trabalhadores na medida em que estimularia a atividade empresarial, gerando maior número de empregos.

Exatamente o contrário demonstra um documento do Ministério do Trabalho elaborado a partir de dados dos relatórios mensais da própria FIESP. De acordo com este documento, os custos com salários das empresas decresceram de 1979



A FIESP com Figueiredo: em campanha pelo arrocho

para 1980. Enquanto em janeiro de 1979 a remuneração do trabalho correspondia a 14% da soma arrecadada pelas vendas, em outubro de 1980 esse percentual caía para 7%. O que significa simplesmente que os reajustes salariais estão sendo mais que repassados para o preço final dos produtos. Ainda segundo o documento, o salário real médio vem decrescendo desde fevereiro de 1980.

À mesma conclusão chegou o professor João Saboia trabalhando com informações do IBGE. Ele demonstrou que o valor da produção por trabalhador cresceu sempre mais que o salário médio no período. O que comprova mais uma vez que se os lucros das empresas estão sendo pressionados, isto ocorre em razão essencialmente dos custos financeiros crescentes e não dos salários, em queda.

Além disso, uma diminuição dos salários provavelmente geraria consequências opostas àquelas acenadas por Vidigal. A partir dela, seria previsível uma compressão ainda maior da demanda, levando à diminuição da produção e do emprego.

As leis também morrem

"Não existe nenhuma lei permanente, pois elas nascem, envelhecem e morrem." A frase de Murilo Macedo, identificado como um dos principais opositores a

mudanças na lei salarial, é um indício revelador do que está por vir. Só que, no caso, a lei é de menos de dois anos atrás, mal saída do berço. O que aconteceu neste período que a tornou caduca, defasada em relação aos interesses dos patrões e do governo?

A lei salarial em vigor é um elemento tão típico do processo de "abertura" como o é a lei que pôs fim ao bi-partidarismo. Editada após um dos mais vigorosos ascensos do movimento operário, ocorrido em 1979, quando mais de quatro milhões de trabalhadores foram à greve por conquistas salariais, ela se tornou, ao lado da repressão, um elemento fundamental da política de contenção do movimento sindical. Ao estabelecer o reajuste semestral, ao prever um índice automático de reajuste decretado de cima, ela procurou esvaziar o centro até então das campanhas salariais. Se, por um lado, estabelecia um reajuste de 10% além do INPC aos assalariados que recebiam menos de 3 salários-mínimos, ela institucionalizou o arrocho aos setores médios, ao prever reajustes menores que o do INPC àqueles que recebiam mais de 10 salários. E sempre havia a alternativa para os empresários de repassar aos preços dos produtos os reajustes salariais, além da providência de lançar mão à rotatividade.

Hoje, quando o ritmo de expansão da produção cai e promete no mínimo se estagnar por um longo período, quando se observa uma significativa queda do consumo global, a situação se altera. O crescimento do desemprego funciona como um forte fator de pressão no sentido de desmobilizar as campanhas por melhorias salariais. O que tem colocado para alguns setores empresariais a defesa oportunística da volta à "livre negociação", respeitando a lógica do mercado, onde a força de trabalho se apresentaria como mercadoria abundante e depreciada.

Além disso, a velha prática de repassar os custos para os preços de forma acelerada se apresenta perigosa em um momento de queda da renda e do consumo, quando os consumidores apertam os cintos.

A proposta da FIESP é, pois, contemporânea, se adapta aos interesses mais imediatos do patronato. E inteligente: ataca o ponto mais incômodo - o dos reajustes superiores ao do INPC - ao mesmo tempo que propõe manter os reajustes abaixo do INPC para largar faixas de assalariados. E, além disso, não rompe com o controle que a política de reajustes semestrais decretados de cima trouxe.

Não deixa de ser, entretanto, um momento importante de atrito dos empresários com a política de "abertura", aliás o que vem ocorrendo com várias medidas de política econômica tomadas por Delfim. A solução de procurar trazer o movimento sindical, controlado por burocratas, para um "pacto social" fica cada vez mais difícil com uma política de aprofundamento do arrocho sobre a classe trabalhadora.

A médio prazo, uma liberalização, mesmo restrita e sob controle, como é a que estamos vivendo, tende a entrar em contradição com uma estratégia econômica profundamente hostil aos interesses da maioria da população. E, neste momento, a elite da classe empresarial, a FIESP, apontada por alguns como bastião da "transição democrática", dá uma boa amostra de sua convicção reformadora. Pois a política do arrocho sempre formou um belo par com a política do porrete.

A proposta dos patrões é criminosa

É na magra e cada vez mais mirrada dieta do trabalhador brasileiro que a proposta da FIESP vem mexer provocando aumento da mortalidade infantil e da sub-nutrição.

A alteração na lei salarial proposta pelos empresários vem agravar as condições de subsistência exatamente para os trabalhadores que mais sofrem as consequências do desemprego (pela sua baixa qualificação) e da inflação (a redução do consumo se faz em geral não pela diminuição de compra de produtos supérfluos mas de gêneros essenciais).

Duas razões concorrem para que os trabalhadores de baixa renda sejam os mais atingidos. Em primeiro lugar porque historicamente os gêneros que mais encareceram são os do item alimentação. Em segundo, porque é para estes assalariados que os gas-

tos com alimentação ocupam a maior percentagem no orçamento familiar, na estrutura de gastos.

O livro recém-editado "Fome, política e Agricultura no Brasil", de Antonio Estevan Sobrinho fornece elementos para avaliarmos os efeitos da proposta da FIESP para milhões de trabalhadores brasileiros. De acordo com organismos internacionais, as necessidades mínimas para um adulto por dia são de 2.800 calorias e 65 gramas de proteínas. Desde 1939 até 1976 se observa que a parcela da renda do assalariado comprometida na aquisição dos alimentos necessários para cobrir estas necessidades do

organismo vem se elevando. Se em 1939 gastava-se 20% do salário-mínimo para adquirir a quota de calorias necessárias, em 1979 esta proporção evoluiu para 31%; por outro lado, se em 1939 gastava-se 12% do mínimo para comprar a ração de proteínas, em 1976 era necessário dispendir 21%.

É razoável supor, portanto, que o padrão alimentar do brasileiro vem se deteriorando continuamente. Por tudo isso, não causa espanto o quadro crônico de fome e sub-nutrição que prevalece de ponta a ponta do país. No município de São Paulo, o polo mais dinâmico da economia brasileira, uma investigação para os anos de 68 a 70 identificou a

deficiência calórica-protéica como causa básica ou associada em 58% das mortes ocorridas em crianças de até cinco anos. No nordeste, o quadro é lastimável: a média do valor calórico total dos alimentos consumidos pela população de baixa-renda, da zona urbana e rural, esteve em torno a 1700 calorias por dia. Fadiga permanente, perda de peso, extrema vulnerabilidade a doenças e infecções são as consequências mais imediatas dessa situação.

Há, portanto, algum exagero em taxar de criminosa a proposta da FIESP de reduzir em 10% do INPC o reajuste salarial dos que ganham de 1 a 3 salários-mínimos?

dos empresários

92 bilhões de cruzeiros

Esta é a soma aproximada do que os empresários pretendem arrancar dos trabalhadores a cada ano com a proposta de alteração na lei salarial.

Cerca de 92% dos assalariados brasileiros recebem até 3 salários-mínimos. Portanto, se aprovada, a proposta da FIESP terá um reflexo direto sobre a grande massa dos trabalhadores brasileiros.

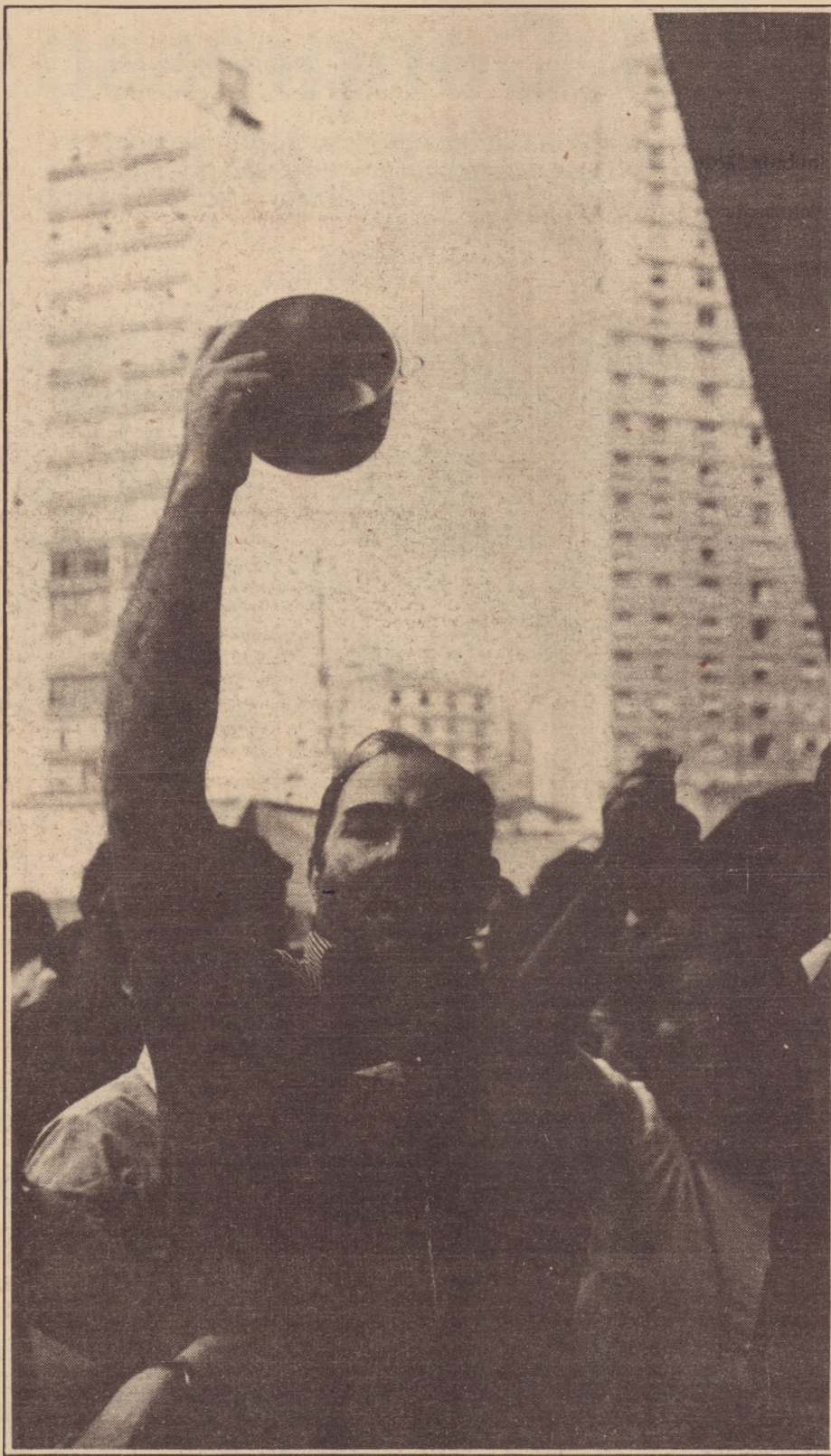
Papel e lápis na mão, vamos calcular o quanto aos patrões pretendem ganhar com esse novo golpe, a partir do INPC de julho deste ano, estimado em 42,7%.

Caso seja aprovado, cerca de 8 milhões e 600 mil trabalhadores que estão na faixa de 1 a 2 salários-mínimos perderão em média 533 cruzeiros por mês. Apenas para esta faixa salarial, os patrões abocanharão 4 bilhões e 608 milhões de cruzeiros por mês.

Já os 3 milhões e 400 mil de assalariados situados na faixa de 2 a 3 salários-mínimos perderão 889 cruzeiros por mês. No total, nada menos que 3 bilhões de cruzeiros a cada mês irão para o bolso do empresariado.

Na soma geral são 7 bilhões e 600 milhões de cruzeiros que os patrões deixarão de remunerar aos trabalhadores a cada mês. O que daria 92 bilhões de cruzeiros em um ano, sem contar os efeitos acumulados das perdas dos assalariados. E sem computar ainda o desgaste no poder aquisitivo dos salários que ocorre no período entre dois reajustes semestrais que corre por conta do processo inflacionário em curso...

Para onde irá todo este dinheiro economizado pelos empresários? Não há absolutamente nada que garanta o retorno de todo esse dinheiro para o investimento em atividades produtivas, que gerem maior emprego. Em um momento em que a perspectiva de crise ronda o conjunto da economia e a indústria em particular, em que as taxas de juros são elevadas, nada é mais sedutor do que o convite à especulação.



A queda do mínimo

Um novo estudo da Fundação Getúlio Vargas demonstra que o salário-mínimo vem perdendo o seu poder de compra no período recente.

Recentemente, a revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas trouxe um interessante estudo do economista José Cláudio Ferreira da Silva sobre a evolução do poder de compra do salário-mínimo.

Sempre utilizando o ano de 1975 como base, o economista relacionou em primeiro lugar os valores do salário-mínimo com aqueles do índice geral de preços (o IGP mede as variações de preços de produtos que vão desde o arroz e o feijão até máquinas e equipamentos e tem abrangência nacional). Assim chegou à conclusão que o salário-mínimo real cresceu de 1975 a 1978, diminuiu a partir de 1979, sofrendo uma queda brusca nos anos seguintes.

Trabalhando agora com o índice de preços ao consumidor para o Rio de Janeiro (menor no período que em São Paulo, Belo Horizonte e outras capitais), o economista concluiu: o salário-mínimo real cresceu de 1975 a 1978, sofreu uma queda em 1979 e uma recuperação no ano seguinte, para voltar a cair em 1981.

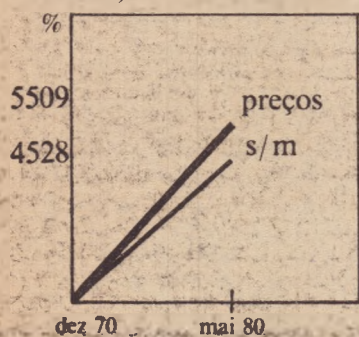
Nos dois casos, constata-se a tendência à diminuição do poder de compra do salário-mínimo no período recente. Isto apesar de ter sido reajustado em 1979 e 1980 em 110% do INPC.

A diminuição do poder aquisitivo do salário-mínimo afeta não apenas os que recebem nesta faixa. Com a diminuição do valor real do salário-mínimo são afetados, de tabela, todos os reajustes de salário na economia que, em geral, têm o mínimo como padrão, com referência. O que configura mais um elemento de pressão no sentido de empurrar a remuneração real dos trabalhadores brasileiros para baixo.

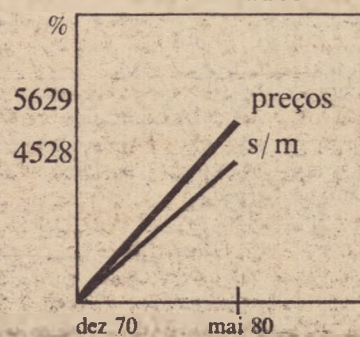
O estômago em baixa

O preço dos alimentos cresce mais do que o mínimo

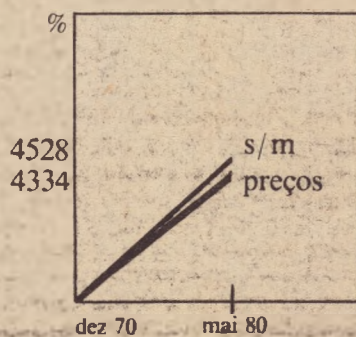
Cereais, massas e farinha



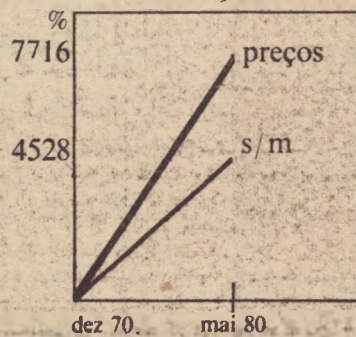
Leite e derivados



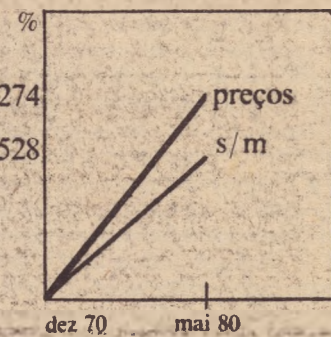
Carne e derivados



Hortaliças



Frutas



Dias 8 e 9 de agosto: Pré-convenção nacional

Vem aí o II Congresso do PT

Cerca de 300 delegados de todo o país estarão finalmente nos dias 8 e 9 de agosto fechando, a nível nacional, o processo de definições políticas do PT neste período de convenções.

A direção nacional do partido acaba de regulamentar, em sua última reunião do dia 26 de junho, a realização da pré-convenção nacional. De forma semelhante às pré-convenções municipais e regionais, assim também a nível nacional, o PT se abre para as bases nas definições que irá adotar e nas direções que irá eleger.

No caso nacional, a lei impõe restrições à democracia das convenções de modo muito mais absurdo do que a nível municipal e estadual. Segundo a legislação vigente participam desta convenção nacional pelo menos dois delegados por estado; no caso do partido num determinado estado contar com bancada parlamentar federal, seus delegados são o dobro de sua bancada. O critério é, portanto, claramente parlamentarista nada tendo a ver com a natureza de partido que o PT se propõe construir. De outro lado, como em todos os cargos partidários definidos pela lei, o mandato destes delegados também é intocável por dois anos, o que introduz uma brutal paralisia na vida interna de qualquer partido, permitindo assim o "tranqüilo" controle das máquinas partidárias situacionistas sobre os filiados. E por fim, também de maneira semelhante à convenção estadual, a lei passa por cima da representatividade dos estados dando a todos eles o mesmo número de delegados independentemente de seu peso político dentro da estrutura partidária.

Por tudo isso é que o PT instituiu a figura das pré-convenções, fiel ao seu princípio de um partido construído e governado de baixo para cima pelos próprios trabalhadores.

A regulamentação agora adotada pela direção nacional para a pré-convenção permitirá reunir, para o fechamento das definições políticas do PT e escolha de sua direção nacional, um coletivo de cerca de 300 petistas de norte a sul do país, escolhidos democraticamente pelas bases a partir de suas pré-convenções estaduais. Com base no 3º critério, (ver abaixo) os mais de 200 mil filiados darão origem a cerca de 200 delegados. E com base nos critérios 1º e 2º cerca de outros 70 representantes se somarão também à plenária que estará reunida nos dias 8 e 9 próximos.

Aqui, na íntegra a resolução regulamentando a pré-convenção nacional:

Considerando que a Convenção Nacional convocada para o dia 6 de setembro deverá ater-se às formalidades legais para o registro definitivo do Partido; que é necessário discutirmos e aprovarmos um regimento interno para o funcionamento do PT; que é necessário discutirmos em conjunto o momento político nacional; que é necessário formarmos democraticamente a chapa para o diretório nacional (chapa cujo registro deve ser feito até o dia 16 de agosto); a Comissão Diretora Nacional Provisória, reunida em São Paulo

Depois de seu Encontro Nacional de junho do ano passado o PT agora, através de sua convenção e pré-convenção nacionais, na prática e democraticamente, vai realizar de fato o seu II Congresso Nacional.



O Encontro Nacional do ano passado, o I Congresso Nacional do partido, com cerca de 300 delegados.

no dia 26 de junho, p.p. decidiu convocar uma pré-convenção nacional com a seguinte pauta de trabalho: 1 - **Discussão e aprovação do Regimento Interno do Partido**; 2 - **Momento Político Nacional**; 3 - **Formação da chapa para o Diretório Nacional.**

1 - Local e data

A Pré-Convenção se realizará na Capital de São Paulo, nos dias 8 e 9 de agosto em local a ser oportunamente divulgado. O encontro começará às 14:00 hs do dia 8.

2 - Membros Natos

— Os membros da CDNP, inclusive os suplentes

— Os parlamentares federais filiados ao Partido

— Os delegados à Convenção Nacional indicados na chapa do Diretório Regional nos estados onde houver chapa única.

— Um delegado do Distrito Federal

Obs.: — Serão membros natos os deputados estaduais filiados ao Partido, se assim o entenderem as pré-convenções regionais dos seus estados.

3 - Outros delegados

— Participação da pré-convenção 1 (um) delegado para cada mil filiados, no mínimo de um por estado. A fração acima

de 500 conta mais um delegado.

4 - Critérios

4.1. — O documento comprovatório para o número de filiados em cada estado é a segunda via rubricada pelo cartório na entrega das fichas até o dia 9 de junho.

4.2. — Não será admitido na pré-convenção voto por procuração.

4.3. — Os delegados deverão ser eleitos nas pré-convenções estaduais. Onde elas já se realizaram ou onde não se realizaram, a Comissão Nacional deixa a critério da Comissão Diretora Regional Provisória a decisão sobre a forma de se eleger os delegados.

4.4. — Será cobrada uma taxa de Cr\$ 500,00 por pessoa para as despesas da pré-convenção.

5 - Recomendações

5.1. — A Comissão Nacional recomenda aos companheiros dos estados que comecem a discutir os nomes para compor o Diretório Nacional.

5.2. — Nosso Partido é um partido de massas. Nesse sentido, recomendamos às Regionais que continuem filiando eleitores no partido e continuem também realizando as convenções municipais extraordinárias. A resposta do PT a qualquer casuismo deve ser a sua construção como autêntico partido dos trabalhadores.

5.3. — Um problema que certamente aparecerá na ocasião da pré-convenção é o problema das finanças. A Comissão Nacional não pode assumir os gastos com passagens e hospedagem dos delegados à pré-convenção. Nesse sentido apelamos aos estados mais próximos que desenvolvam algum programa de finanças para ajudar no pagamento das despesas dos companheiros dos estados mais distantes.

Na certeza de que os companheiros continuam trabalhando para a construção do Partido dos Trabalhadores,

PT Saudações,

JACÓ BITTAR
Secretário-Geral do PT

Jornal do PT: aprovado!

Finalmente a direção nacional do partido também em sua última reunião do dia 26 passado discutiu e aprovou a criação imediata de um jornal nacional do PT. Segundo Lula, "a idéia é sair já com o número zero de jornal, se possível para a data de 16 de agosto, quando se realizarão as convenções estaduais legais. No máximo, admite ele, para a convenção nacional em setembro deveremos estar já com o jornal funcionando regularmente".

É verdade que o projeto de jornal, concretamente, ainda vai começar a ser discutido na Secretaria de Imprensa e apreciado pela direção nacional que é quem funcionará como conselho editorial do órgão partidário. "Mas de toda forma,

argumenta Perseu Abramo, Secretário de Imprensa do partido, o fundamental é que a decisão já está tomada; agora é implementá-la a partir das diretrizes da direção nacional".

Ou seja, o importante é que a disposição para este projeto revelada na decisão da direção garante já a abertura de um processo de discussão e testes iniciais para a construção da imprensa nacional do PT. Agora é reunir as forças humanas e materiais que o partido conta nesta área e bola prá frente na meta de sair já com o jornal nas datas apontadas por Lula. Ao conjunto de jornalistas e jornais que apoiam o PT cabe também, agora, responderem positivamente a este desafio da direção para a real construção de nosso partido.

São Paulo / Pré-convenção regional É hora de arrumar a casa

Na base de um delegado para cada 63 filiados, o PT paulista fará agora neste fim de semana de 11/12 de julho, no Palácio de Convenções do Anhembi, na capital, a sua pré-convenção regional. Cerca de 1.000 delegados, representando seus mais de 60 mil filiados estarão reunidos por dois dias para debater os temas em pauta e eleger a direção estadual do partido.

A grande participação das bases no encontro-possivelmente a maior reunião interna até hoje realizada pelo partido — abre a possibilidade para que a democracia interna levada a fundo produza um salto de qualidade na situação do partido em São Paulo, superando definitivamente os problemas surgidos do encontro regional do ano passado: foi quando um evento inteiramente despolitizado e conchavista elegeu uma direção, discriminando vários setores do partido, sem nenhum compromisso político expresso em posições votadas pelo plenário, e que resultou numa Comissão Diretora Provisória que, por um bom tempo, teve na sua Secretaria Geral Osmar Mendonça, o

Possivelmente com quase mil delegados, o PT paulista irá realizar neste fim-de-semana a sua pré-convenção

Por Flávio Andrade



Osmarzinho — um dos que pulou fora do PT recentemente.

Agora, é hora de por o partido nos trilhos, e a dimensão do encontro dá bases reais para que isto seja feito.

Da pauta da pré-convenção constam quatro temas: Regimento Interno, Eleições 82, Sindical e Movimentos Populares. Os dois primeiros para deliberação e os outros dois para indicação. Em cima deste temário a direção estadual distribuiu dois textos para a discussão: um sobre eleições e o projeto de

Regimento Interno elaborado pela Comissão de Advogados eleita no Encontro Nacional do ano passado, modificado em algumas passagens pelo assessor da liderança do partido na Assembleia, José Dirceu.

Mais recentemente, a uma semana da pré-convenção, a direção estadual distribuiu também um terceiro texto que provocou grande reboliço dentro do partido angariando aliados e adversários: uma proposta completa de chapa de 60 nomes para

o Diretório Estadual (ver abaixo).

Entretanto, se as condições básicas estão dadas para se superar os problemas do ano passado, faltam ainda algumas questões centrais a serem postas em evidência. Por exemplo, da pauta da pré-convenção não consta uma avaliação do momento político do país e um balanço do partido junto com as tarefas a serem empreendidas no próximo período. E não deixa de ser estranho que uma pré-convenção desta, preparatória da convenção nacional que o PT irá realizar breve, não debata uma linha de ação imediata para o partido, atendo-se direta e tão somente ao tema político das eleições. Pode ser que a direção entenda que as eleições são a questão central hoje para o partido. Mas pode ser que a maioria do plenário entenda que não — como aliás é o entendimento também da direção nacional ao colocar na pauta da pré-convenção nacional exatamente o tema do momento político atual e as tarefas do partido.

Por outro lado, num estado como São Paulo, com os problemas surgidos no ano passado,

não se pode agora passar por cima do fato do ex-Secretário Geral do partido ter se transformado num tráfuga da proposta petista e do movimento sindical combativo do país, deixando de lado o balanço geral da situação hoje do PT.

Por fim, quando fechávamos esta edição, ainda não era confirmada a presença de todos os quase mil delegados possíveis ao encontro. É que em vários diretórios municipais não se alcançou o quorum mínimo exigido de 10% para a retirada dos delegados. Estranhamente — algo ainda não explicado e cercado de várias versões — o próprio Diretório Municipal de São Bernardo ficou nesta situação, o que rebaixará sua representação na pré-convenção para apenas um delegado, o legal, eleito junto com a chapa no último dia 21.

Mas de toda forma a expectativa e a agitação interna no PT paulista é grande agora na véspera de sua pré-convenção que, de qualquer maneira — principalmente pela sua repercussão nos resultados da pré-convenção nacional — será um evento extremamente significativo dentro da história do partido.

EDITORIAL

Montoro/82

O PT não coliga, muito menos com a conciliação

Mais do que uma decorrência natural de sua proposta política de partido dos explorados, a posição de lançar candidatos próprios em todos os níveis para as eleições de 82 é hoje no PT uma posição assumida e propagandeada pela própria direção nacional. Não somente por razões de independência política de classe em geral — o que não é uma questão menor para um partido dos trabalhadores. Mas mesmo por razões de afirmação política neste momento de construção do PT, em meio a tantas hostilidades, ataques e traições, esta é uma posição extremamente justa e que, sem vacilações, foi assumida pela direção nacional do partido.

Neste contexto é no mínimo preocupante a forma como este debate sobre as eleições de 82 está se desenvolvendo em São Paulo. Em primeiro lugar, a pré-convenção estadual ter como ponto político único em sua pauta as eleições, em detrimento de uma discussão sobre as tarefas imediatas do Partido, já é algo sintomático de um enfoque, ou "sensibilidade", se se

quer, diferente da direção nacional. Mais do que isto, se por um lado o documento sobre eleições distribuído pela direção estadual fala de por enquanto lançarmos candidatos próprios em todos os níveis, por outro fala também de discutirmos já os critérios para coligar. Para bom entendimento, meia confusão já é preocupante.

Nesta mesma linha de preocupações a coisa ficou mais séria quando agora, na tirada de delegados para a pré-convenção estadual, alguns petistas ligados ao grupo do deputado estadual Sérgio Santos — cotado para Secretário Geral do partido no estado — saíram defendendo a posição de que o PT deveria já dar o seu apoio à candidatura de Franco Montoro, do PMDB, para o governo do estado.

Tudo isso é mais grave ainda quando o PT em São Paulo teve até bem pouco tempo em sua Secretaria Geral Osmar Mendonça, o Osmarzinho, que junto com outros tantos a nível nacional, deixou recentemente o PT depois de infrutíferas tentativas de torpedeamento da nature-

za de classe do partido.

É claro que o partido pode ter em seu interior pessoas confusas ou vacilantes, ou até mesmo discordantes de sua posição oficial. Mas desde que aceitem a posição da maioria. Assim, por isso mesmo, o que estas preocupações exigem agora é uma manifestação clara e contundente daquela maioria que entende que a afirmação política do PT está acima de qualquer questão eleitoral. Está acima de cálculos políticos duvidosos e/ou oportunistas, somados a confusões quanto à natureza da proposta política do PT, que podem induzir alguns companheiros à idéia de apoio a candidaturas como a de Montoro.

Uma posição clara desta pré-convenção, pelo lançamento de candidato próprio e contra a ditadura, os patrões e a conciliação de Montoro, é uma necessidade urgente. Para que o PT saia deste encontro armado para enfrentar não somente a ditadura mas também todos aqueles que de dentro mesmo do partido sonham em transformá-lo numa frente popular de algum tipo.

A proposta do "chapão"

As dúvidas suscitadas pela direção estadual ao lançar uma lista de 60 nomes para o Diretório Regional.

O rebu causado pela divulgação do "chapão" paulista — nome dado à proposta de chapa para o Diretório Estadual assumida e divulgada pela direção estadual — não é de se estranhar. Afinal, se a idéia de assumir e divulgar uma chapa pretende alguns méritos — fazer o jogo aberto e honesto — de outro lado esta proposta agora, concretamente, veio cercada de perguntas no ar.

É claro que qualquer petista, direção ou não, tem o legítimo direito de propor uma chapa.

Mas o que é uma chapa? Uma chapa é um conjunto de nomes que, por sobre as diferenças que podem ou não haver entre si, assumem um programa de ação e em cima disto se propõem à direção do partido. Ora, não foi isso que ocorreu com o "chapão". Pois, em primeiro lugar, ele está montado não pelo próprio conjunto de pessoas que lá figuram — ou por um conjunto mais amplo, o que seria ideal — mas foi composto pela própria direção estadual e, em muitos casos, sem sequer consultar os nomes propostos se estavam ou não de acordo com aquela composição e procedimento. Assim, não há um compromisso das pessoas que lá figuram de assumirem naquele conjunto a direção do partido. Em segundo lugar, o "chapão" não está cal-

cado numa proposta de ação política explícita a partir da qual possa ser avaliado politicamente. Mais ainda, ele se propõe a ser uma chapa de unidade, mas de um encontro que ainda não se realizou e que, em tese, os resultados políticos majoritários podem ser num sentido ou noutro. Por fim, o critério de representação das regiões não deixa de ser curioso quando é a própria direção estadual que diz quem representa determinada região.

Mas, ao que parece, o rebu causado sensibilizou já pelo menos certos setores da direção estadual e da própria nacional. Ao contrário do que foi assumido pela direção estadual ao deliberar pelo "chapão" — de que se tratava de uma chapa fechada, intocável, última palavra da direção — já se comenta que ela é apenas uma referência para debate e contra-propostas de alterações que poderão ser feitas no decorrer do próprio encontro.

Por tudo isso fica a impressão de que esta idéia de chapa da direção mais complicou do que ajudou o PT paulista. Pois, ao invés das atenções se concentrarem inicialmente nas discussões políticas, elas se voltaram, na véspera do encontro, para o que muitos podem entender como uma manobra de continuidade da própria direção.

MINAS

4/5 DE JULHO

Lição democrática na pré-convenção do PT

As deliberações da primeira pré-convenção estadual do Partido dos Trabalhadores, realizada em Minas no último fim de semana.

Nos dias 4 e 5 de julho, 175 delegados, representando 105 cidades de Minas Gerais, elegeram a chapa para o Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, que será referendada na Convenção, por voto secreto, no dia 16 de agosto. Indicaram ainda os delegados para a Pré-Convenção Nacional os nomes para compor o Diretório Nacional do partido. A pré-Convenção em Minas ocorreu dentro do processo de legalização e formação de diretórios — que continua através das convenções extraordinárias — em mais de 150 municípios.

O plenário se dividiu em 12 grupos, de acordo com a divisão regional do PT no estado, quando foram levantadas as indicações de cada região para participar do Diretório Regional. A proposta apresentada pela Comissão Regional Provisória foi que entre os 60 membros houvesse uma proporção de 2/3 representantes do interior do estado, visando garantir a representatividade e democracia dentro do partido.

Garantindo a unidade do PT mineiro, entre os inúmeros nomes apresentados surgiu uma única chapa de 60 nomes, sem distribuição de cargos ou funções, a diversidade de opiniões surgindo apenas quando da formação da Comissão Executiva e seus suplentes. Para João Batista dos Mares Guia, apresentador da chapa única, “no ano passado houve duas chapas, o que gerou muitas exclusões e foi um erro de todo o partido. Este ano, o surgimento de uma única chapa é sinônimo do

nosso amadurecimento e responsabilidade”.

Eduardo da Mota e Albuquerque, o Duda, atual membro da Comissão Regional, disse que a proposta de uma chapa única foi uma vitória para o PT mineiro: “depois de um ano de batalha, chegamos a construir uma única chapa, que reflete uma unidade profunda dentro do partido”.

João Batista ressaltou ainda que “a realização da pré-convenção regional significa a democracia dentro do partido, coisa que nenhuma outra organização nem mesmo o PMDB realizou, e duvido que realizem, pois a pré-convenção é uma forma de impedir que a burocracia da lei, que é restritiva, impere dentro do PT”.

Para a Executiva Regional, surgiram três chapas formadas entre os 60 membros do Diretório já eleito. Duas delas tinham como presidente Inácio Hernandez, atual presidente da Comissão Provisória. A terceira era liderada por Alcides Oliveira, atual secretário regional.

Esta chapa teve apenas 13 votos dos 175 delegados, sendo que por grande maioria de votos foi eleita a chapa três, formada pelos seguintes militantes: Inácio Hernandez (presidente), Sr. Joaquim (1º vice), Milton Freitas (2º vice), Elcio Reis (Tesorero), João Batista dos Mares Guia (Secretário Geral), Aloísio Marques (Secretário), Helena Greco e Apolo Herringer Lisboa (vogais), e mais sete suplentes.

Partido se consolida

Entrevista com Inácio Hernandez, presidente do Diretório Regional, eleito agora na pré-convenção.

— O que significou a pré-convenção para o PT mineiro?

— Foi um passo de extrema importância para a democracia interna do partido no nosso estado, que se manifestou durante todo o encontro e principalmente na eleição do primeiro diretório definitivo do PT. O partido saiu fortalecido; mais unificado do que nunca. Chegamos à maioria das votações por unanimidade. Pode-se dizer que Minas sendo o primeiro estado a realizar sua pré-convenção deu um exemplo de democracia e espírito unitário para todo o partido.

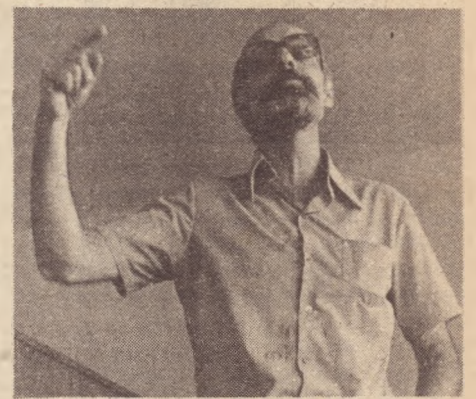
Significou também um encontro realmente de trabalhadores por sua composição social. A grande maioria dos delegados era de trabalhadores urbanos e rurais.

— Como se deu a formação da chapa, quais os critérios?

— A chapa foi construída a partir da garantia da participação de todos os segmentos geográficos e sociais do partido, com 2/3 do interior e 1/3 da capital. Como a preparação das discussões foi precária, devido ao esforço da legalização, as discussões se deram a partir de grupos das várias regiões, inclusive tirando aí os seus nomes mais representativos.

— Mas a indicação do 1/3 da capital foi mais complicada...

— É natural que na capital, como centro político do partido as discussões sejam mais intensas a respeito das várias vias de construção do partido. Inicialmente foram levantados 53 nomes da região da Grande BH. Depois, durante um intervalo, basicamente três articulações chegaram às suas propostas de 15 nomes (1/3), que seriam inclusive os nomes componentes da Executiva do Diretório. Mas nestas três alternativas (que pode-se dizer representariam de alguma forma correntes de opinião um pouco diferenciadas dentro do PT) 10 nomes eram comuns. Daí, de forma aberta, com o plenário a par de tudo, foi feita uma discussão entre as três articulações e chegou-se à chapa



final. Portanto, o fundamental é que o processo foi muito aberto e por isso mesmo muito positivo para a construção do partido.

— Quais as metas tiradas para até a próxima convenção?

— Em primeiro lugar a consolidação política do PT através dos núcleos. Até agora não existe uma base sólida de nucleação que é cada vez mais urgente para a construção do partido no seu rumo certo.

Em segundo lugar, fazer do PT um verdadeiro partido de massas, integrando em suas fileiras grandes contingentes de trabalhadores rurais e urbanos e com um peso cada vez maior de operários em sua direção.

Em terceiro lugar, transformar o PT de fato num partido interventor na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

— E a questão da greve geral?

— Ela está presente agora em nossas atividades. Mas o principal não é propagandear-la mas sim organizá-la desde já pela base.

— Porque a discussão de um plano de ação ficou fora da pré-convenção?

— O sufoco da legalização impediu uma preparação maior com o tema. Mas como em função dos prazos tínhamos que fazer a pré-convenção para poder inscrever a chapa, então resolvemos deixar para o dia 16 de agosto, dia da própria convenção, a discussão deste plano de ação de forma a poder prepará-la melhor, e fazer deste momento também um salto político importante na construção de nosso partido.

Joaquim, camponês sem terra

“O PT pra mim é uma religião”

Tendo que contar com mais de 150 municípios para se legalizar no estado, o PT tem se esparramado pelo interior mineiro, particularmente nas áreas rurais. Aqui um típico petista do meio rural do sul de Minas fala das esperanças trazidas pelo partido.

“O que eu ganho? Só 200 cruzeiros por dia, trabalhando demais em terra dos outros, na capina ou na colheita de café. O dinheiro é pouco e as dificuldades só aumentam. Isto não só acontece só comigo, mas é a situação comum na região. Apelar para o sindicato não adianta, pois quem manda lá são os patrões. Partidos? Nenhum funcionou até agora. Por isto é que escolhi o PT, que pelo menos traz alguma esperança”.

Quem diz isto é Joaquim Alves da Silva, agricultor, sem terra, que trabalha de sol a sol para sustentar mulher e dois filhos no município de Cristais, no Sul de Minas. Como a maioria dos trabalhadores rurais brasileiros,

nunca teve oportunidade de optar por um partido político que, em programa e prática, pudesse refletir as necessidades e reivindicações de sua categoria.

“Em Cristais, a gente só conhece o PDS e o PP e os deputados que nos pedem voto nem sempre fazem aquilo que precisamos. Por isto, quando conheci o que o Partido dos Trabalhadores propunha, logo me interessei. O PT é um partido que só depende dele, do povo, da união de todos para que possa crescer. Para mim, é como uma religião”.

Segundo Joaquim, “os fazendeiros da região dominam tudo”. E ele critica a situação do sindicato rural em Cristais. “Lá o que existe é só assistência social. Médico e escola não faltam, pois os

patrões são ricos e mandam no nosso sindicato. Também nem falam em política, fora dos partidos conhecidos. Quanto ao PT, não reclamam e nem criticam”.

Joaquim tem idéias próprias a respeito do problema de posse de terra. “Se o PT chegar ao poder — e eu tenho a certeza de que vai, daqui a alguns anos — é preciso que seja feita uma reforma agrária, para dar a terra a quem trabalha. Os fazendeiros sempre recebem a terra por herança ou por negócio. Poucos sabem o que é o trabalho na enxada, para poder dar comida à família. Claro que muitos deles não vão gostar quando chegar a hora da divisão. Mas nós só precisamos de um pouco, o suficiente para plantar algum feijão, milho, hortaliça.

Que dê para viver é vender”.

“As coisas neste país piora cada vez mais”, continuou. “A inflação está crescendo, o desemprego aumenta e, no campo, quem planta não consegue preço para aquilo que colhe. Este governo só faz o povo sofrer”.

Para Joaquim, o PT é a única alternativa: “Tenho 47 anos, mulher e dois filhos. Sou trabalhador e morrerei assim. Acho que é preciso distribuir melhor a riqueza deste país, onde poucos têm tudo e a maioria passa fome. Só conseguiremos isto quando um partido que realmente represente os trabalhadores ganhar o poder. E isto vai acontecer na hora certa. O povo então vai ser feliz. Os fazendeiros, acho que não.”



Joaquim: demora, mas chegamos lá

**Rio Grande do Sul
Documento:
Direção Regional lança
proposta política para
a pré-convenção**

A consolidação política e organizativa do PT:

Mobilização pela Greve Geral e Campanha de Nucleação

Com a sua legalização na reta final — restando uns poucos municípios por realizar convenções — o Rio Grande do Sul terá sua pré-convenção estadual no próximo dia 18. A Comissão Diretora Regional Provisória gaúcha, a partir de um balanço na situação nacional do PT e das tarefas do próximo período, resolveu lançar na semana passada uma proposta política sobre os temas que agora estarão em debate neste período de convenções. O documento, diferentemente dos demais textos políticos em debate no PT, se caracteriza por sua abrangência abarcando desde tarefas organizativas até a questão do poder, passando por um plano de ação e pela questão das eleições do ano que vem. Ao mesmo tempo, também se inscreve na linha das declarações dadas pelos dirigentes de São Bernardo (ver EM TEMPO nº 131) sobre o momento que vive hoje o PT. Por isso, publicamos aqui vários trechos significativos do documento.

1. Primeiro ano de vida: uma vitória dos trabalhadores

Um ano após o primeiro Encontro Nacional em meados de 1980, o PT é hoje uma vitória histórica dos trabalhadores brasileiros. A um passo do registro definitivo com as Convenções Estaduais e a Nacional marcadas para os próximos meses, nosso partido deu mostras mais do que suficientes de que a organização autônoma dos trabalhadores em **partido político próprio** é uma realidade, não somente viável, mas sobretudo, uma força considerável (...).

Nestas convenções atuais cabe, antes de tudo, reafirmar a justeza das idéias das quais partimos há um ano atrás quando aprovamos o Manifesto, o Programa e os Estatutos. Reafirmar a idéia mesma do PT como um partido dos trabalhadores. Um partido de massas e voltado para a organização política dos trabalhadores em sua ação nas lutas do cotidiano, pela libertação de toda a opressão e exploração.

Esta reafirmação programática é uma necessidade política permanente. Milhares de trabalhadores chegaram e chegam constantemente ao partido, incorporam-se às suas fileiras atraídos pela idéia do partido e se perguntam mais profundamente o que é o PT. Além disso, o PT foi e continuará sendo ameaçado não só pelo regime ditatorial mas também por uma série de oportunistas que a todo momento tentam desviar a construção do PT dos rumos a que ele se propôs.

A reafirmação programática é uma necessidade permanente. A todo momento precisamos reforçar a proposta de partido que temos. Um partido real e não uma frente.

Por isso a reafirmação programática é uma necessidade permanente. A todo momento precisamos reforçar a proposta de partido que temos. Um partido real, e não uma frente, uma aliança passageira de forças ou um "movimento tático" como querem alguns (...).

Precisamos, portanto, reafirmar de modo cada vez mais profundo e claro sua proposta enquanto **PARTIDO DOS TRABALHADORES**.

2. Definir um programa de lutas

Reafirmarmos o programa, por mais importante que seja, não resolve todos os problemas que temos que enfrentar. Passado o momento do registro definitivo, precisamos consolidar o PT no plano das lutas reais e cotidianas das massas. Afirmarmos no cenário político nacional

como uma força confiável e eficiente aos trabalhadores de todo o país. As tarefas do registro foram indispensáveis e de significação indiscutível para a consolidação do partido no plano legal. Agora é hora do partido cuidar das tarefas propriamente políticas e organizativas. Consolidar o PT hoje quer dizer: armarmos politicamente de um plano de ação necessário para o momento e de uma estrutura de núcleos de funcionamento democrático e eficiente.

O problema principal que o PT tem que enfrentar hoje é desenvolver uma linha de ação política que, partindo dos problemas imediatos que os trabalhadores e assalariados em geral enfrentam — a inflação e o desemprego — impulse sua organização e mobilização no rumo do combate ao regime ditatorial e de exploração a que estão submetidas as massas brasileiras (...).

O PT deve fazer desta linha de ação (Greve Geral) o eixo básico para o próximo período na sua consolidação como partido.

A resposta clara a estes problemas não é outra senão aquela que surgiu no próprio centro das lutas dos trabalhadores do país, no dia 1º de maio em São Bernardo, na plataforma de lutas lá aprovada: **LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL, ESTABILIDADE NO EMPREGO, BAIXA DO CUSTO DE VIDA, CONGELAMENTO DOS ALUGUÉIS E PRESTAÇÕES DA CASA PRÓPRIA, REAJUSTE TRIMESTRAL, SEMANA DE 40 HORAS COM MANUTENÇÃO DO SALÁRIO, REFORMA AGRÁRIA RADICAL, REVOGAÇÃO DA ATUAL POLÍTICA ECONÔMICA E PELA ELABORAÇÃO DE UMA NOVA PELO CONJUNTO DA SOCIEDADE, REVOGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL.**

Estas bandeiras, enfiando as principais lutas dos trabalhadores de todo o país, criam as condições para sua ação unificada por um caminho que não o da conciliação e do pacto social. Os trabalhadores de todo o país precisam assumir uma campanha unificada em torno destes pontos e caso o governo negue-se a atender as reivindicações, a resposta deve ser a **greve geral**. A proposta de mobilização nacional na perspectiva da Greve Geral é a maneira dos trabalhadores contra-atacarem a ofensiva patronal e do regime, bandeira já estabelecida nos vários encontros sindicais, desde Cragoatá em 1979, como forma dos trabalhadores responderem ao desemprego à inflação.

O PT deve fazer desta linha de ação o eixo básico para o próximo período



buscando se consolidar: como partido através desta plataforma de lutas (...)

3. Estabelecer as prioridades imediatas

Esse plano de ação imediato é o que mais importa no momento. Através dele é que o PT dará uma resposta de conjunto aos problemas imediatos que sofrem hoje os milhões de trabalhadores do país. É através dele que o PT buscará mobilizar e organizar unificadamente o contra-ataque dos explorados à ofensiva do regime sobre as massas no plano político, econômico e social (...).

Isso, no entanto, não resolve tudo. A questão do poder fica ainda de lado. Qual a resposta de conjunto do PT à ditadura? Qual a tática de conjunto do PT para a derrubada da ditadura e a construção de um governo dos trabalhadores no país?

Esta não é a questão central que o PT deve resolver agora nas Convenções. Há outras questões que são prioritárias e que nos impulsionarão na consolidação do partido.

Consolidar o PT hoje quer dizer: armarmos politicamente de um plano de ação necessário para o momento e de uma estrutura de núcleos de funcionamento democrático e eficiente.

O PT, entretanto, não pode deixar tampouco que a confusão imperasse nesse terreno. O partido tem que deixar claro de uma vez por todas que não é contra a Constituinte. O PT apenas entende que uma Constituinte, se convocada hoje, o que certamente seria pelo próprio regime militar dada a atual correlação de forças, não resolveria os problemas das massas trabalhadoras, sendo tão somente uma manobra para legitimação do próprio regime ditatorial. Assim, o PT não vai pedir a Figueiredo que convoque sua Constituinte, como terminam fazendo muitos dos que se lançaram à bandeira da Assembleia Constituinte. O PT não vai engrossar o coro dos liberais da burguesia que estão preocupados em encontrar uma saída para a crise na qual os militares e patrões se atolaram no campo político (...).

O PT, no entanto, precisa dar uma resposta claramente anti-ditatorial e de conjunto aos anseios de liberdade das classes populares, apontando uma saída para a questão do poder no país. Disto o partido não pode se furtar e mais cedo ou mais tarde, principalmente no curso da mobilização nacional, esta questão se fará cada vez mais presente.

O partido deve programar a sua discussão sobre a questão do poder.

Esta questão ainda não deve ser resolvida nestas convenções: não é o problema prioritário. Mas deve ficar claro que o PT poderá vir a assumir na luta pela derrubada da ditadura, a bandeira da Assembleia Constituinte, tão logo no curso das próximas mobilizações populares (por uma plataforma de lutas e pela greve geral) ele se defrontar mais concretamente com a questão do poder. Este debate tem que ficar em aberto. E o partido deve programar a sua discussão colocando as várias posições sobre a questão em confronto e prevendo uma data para um encontro nacional que venha a se posicionar claramente a respeito do tema.

4. Construir a organização e a nucleação: base da ação política

Não são poucos os que hoje dizem que a melhor maneira para o PT se consolidar e ao mesmo tempo responder a questão do Poder é desde já se lançar na preparação das eleições do ano que vem. Mas o PT não é uma mera frente eleitoral como o são alguns partidos, nem entende que a via parlamentar seja sua principal forma de ação política. Assim, colocar as eleições como centro político imediato do PT é uma orientação que certamente incorrerá no desvirtuamento do partido em relação a sua proposta inicial e não na sua consolidação (...).

Hoje temos que nos armar contra os problemas que surgirão, o que faremos através da consolidação política e organizativa do PT levando à prática nosso plano de ação contra o desemprego e a inflação na perspectiva da Greve Geral e organizando os filiados em núcleos por

tudo o país. Por isso é necessário que nesta Convenção definamos já um Regimento Interno que sistematize e formalize o funcionamento dos núcleos. Somente fazendo da construção política de nosso partido a questão central imediata, ou seja, melhorando sua linha política, reafirmando sua natureza de **PARTIDO DOS TRABALHADORES**, consolidando sua democracia, interna e afirmando-o como um partido de ação no movimento de massas através de nucleação, é que nos prepararemos a contento para intervir nas eleições do ano que vem.

Nas eleições de 82, o PT lançará candidaturas próprias para todos os cargos em disputa no Executivo e Legislativo.

Desde já precisamos afirmar nossas concepções sobre o papel que terão as eleições de 82. Deixando claro que o PT lançará candidaturas próprias e em maior número possível para todos os cargos em disputa no Executivo e no Legislativo. Neste sentido as eleições são um momento de infringir uma derrota ao governo, mas, sobretudo, um momento de afirmação política para os trabalhadores e de conquista de determinados espaços para a construção de seu partido.

Por outro lado, o PT se lançará às eleições como um **PARTIDO** e não com o uma Frente. Isto é, suas candidaturas serão do partido, escolhidas e dirigidas na campanha e no mandato pelo partido, segundo critérios coletivos democraticamente definidos pelo conjunto dos militantes. As candidaturas terão um programa a defender e uma organização de campanha dirigidos pelo próprio partido.

Ao mesmo tempo, as candidaturas expressarão os movimentos sociais e aí serão definidas a partir das necessidades e lideranças reconhecidas pelas bases do partido nesses movimentos.

Por fim, o PT deverá estruturar seus programas de governo a partir de um mecanismo de ampla consulta aos movimentos sociais organizados procurando envolvê-los num processo de discussão organizada na construção de um verdadeiro programa de governo das massas trabalhadoras.

A máfia sindical do eixo Rio-São Paulo

O Joaquinão está fazendo escola. Na campanha salarial dos metalúrgicos do ano passado patrocinou a agressão à oposição sindical paulista, através dos "Décios Malhos". Agora foi a vez do pelego Pimentel (sindicato dos metalúrgicos do Rio), juntamente com os brigadistas do HP, que promoveram um ataque organizado ao comitê de desempregados da Fiat, líderes da recente greve de 41 dias. Mas o reinado do Joaquim está ameaçado. De 13 a 17 próximo cerca de 50 mil metalúrgicos da capital paulista estarão votando para escolher o nova diretoria. Serão mais de 150 urnas que recolherão votos em cerca de 13 mil empresas. As três chapas podem passar para o segundo escrutínio e neste caso espera-se que a chapa menos votada das oposições retire sua inscrição a favor da mais votada.



Eleição dos metalúrgicos

Por Régis Moraes

A campanha, em seus últimos dias, mostra todos os contendores confiantes num bom resultado. Mas as dificuldades impostas pela estrutura sindical fazem pender a balança para a situação. Afinal de contas, todos os obstáculos foram colocados à frente das oposições: sem acesso às litas de sindicalizados, as oposições tiveram que fazer uma campanha no escuro, cara e trabalhosa, sobre 400 mil trabalhadores, enquanto a situação, além das listas, teve recursos humanos e materiais da entidade.

A chapa 2, herdeira das mais antigas forças de oposição sindical, é encabeçada pelo operário católico Waldemar Rossi, um dos fundadores do movimento e alvo costumeiro da repressão pelega e policial. Em 1975, Rossi, com outros companheiros, foi preso e torturado durante meses, numa ação policial que teve um forte efeito preventivo: Rossi, Flores e outros experientes sindicalistas foram impedidos de entrar numa chapa de oposição, que acabou não se constituindo. Em 1978, ainda sob ameaça do processo, participou, também ao lado de

Antonio Flores, da articulação da chapa 3. Fazendo das bandeiras da estabilidade, da jornada de 40 horas e do sindicalismo livre e democrático, o centro de sua campanha. Rossi conta com o apoio de amplos setores populares da Igreja, além do PT, cujo presidente nacional, Lula, divulgou carta apoiando a chapa 2.

A chapa 3, encabeçada por Aurélio Peres, operário da Caloi, participante ativo do Movimento Custo de Vida e deputado federal pelo PMDB, tem seu principal ponto de apoio no jornal **Tribuna da Luta Operária** e faz da bandeira "sindicalismo político" sua principal identificação. A sua campanha, embora ultimamente demonstrando confiança na vitória, parece ter sido mais dirigida a implantar a posição política de sua corrente e menos na aposta de derrubar Joaquim.

E Joaquim? Ou melhor, a chapa 1, quem representa? Podemos dizer que há três tipos de sindicalistas na chapa 1: a gang de Joaquim, os sindicalistas alinhados com o PCB (isto é, a ala eurocomunista), os alinhados com o HP e, por fim, alguns sindicalistas

mais novos, originados dos Décios Malhos (falange de delegados da diretoria nas empresas). O PCB e o HP, cada um a seu modo, procurado nos últimos tempos, reformar pelegos tupiniquins. E a gang de Joaquim, de onde veio?

As Multinacionais treinaram Joaquim

Da mesma forma como centenas (ou até milhares) de sindicalistas que se consolidaram após 1964, Joaquim, Malvezzi, João Vicente, Bernardino Testa, Clemltre Guedes faziam parte da "oposição democrática", anticomunista, que antes de 1964 a CIA treinava (aqui e nos Estados Unidos) para criar um "sindicalismo negociador, responsável", contra o sindicalismo "político" dos comunistas. O setor mais conservador e ideologicamente definido desse movimento veio a constituir o Movimento Sindical Democrático (MSD), que apresentava chapas de "oposição" em praticamente todos os sindicatos. Amovado pelo jantismo e pelo ademanismo, o MSD se aproximava mais da corrente Udenista do

deputado Herbert Levy, dono do jornal **Gazeta Mercantil** (aliás, hoje um dos órgãos empenhados em recuperar o Joaquinão...). Seu mais destacado representante é Antonio Magaldi, atual presidente da Federação dos Comerciantes de S. Paulo e "representante" dos trabalhadores na Justiça do Trabalho, onde votou sempre contra a legalidade das greves e contra a reposição salarial (correção dos índices de aumento manipulados por Delfim Neto em 1973-74).

Em 1964, a gang de Joaquim é nomeada pelos militares para fazer uma limpeza nos sindicatos metalúrgicos da Grande São Paulo. Uma onda de prisões e demissões de delegados sindicais prepararam o caminho para consolidar os "novos líderes" que, em sinal de reconhecimento às autoridades, lideraram uma homenagem de Natal ao Delegado do Trabalho, Damiane Guilo. Até o governo Médici, essa postura de aliança incondicional com o regime e sua repressão não mudou. Mas os tempos foram mudando. Entre 1973-77, Joaquim fica num segundo plano. As assembleias dos metalúrgicos são policiaescas. Os operários não associados são proibidos de entrar. As comissões de salário são estritamente vigiadas. Em 1978 o pelego é surpreendido por um pipocar de greves e pelo avanço de uma oposição sindical. As eleições desse ano são um exemplo grotesco de fraude. Mas o pelego prepara a volta por cima, agora com novos aliados,

daqueles que conhecem "o outro lado": o PCB e o HP, cujos militantes, num exemplo de "abnegação" política (ou de oportunismo de carreira) esquecem as pancadas que levaram (e aliás, ainda vão levar) do pelego e seus policiais e começam a reformar sua imagem.

A Sagrada Aliança

O PCB garante a assessoria técnica. O HP fornece a tropa de choque que, com cacetes e correntes, faz o serviço antes executado pelos serviços do DOPS. A modernização inclui a constituição de um "sindicalismo responsável", ao mesmo tempo ousado e cuidadoso, que negocia as pequenas coisas das quase 14 mil metalúrgicas da capital, para poder ganhar influência que o credence a dividir, confundir e trair a classe operária nas suas grandes reivindicações. Agradecido, Murilo Macedo elogia seu amigo Joaquim. Aliás, não é o primeiro, uma vez que antes dele Arnaldo Prieto já garantia a posse de Joaquim após o escândalo de 1978, um ato equivalente, sem dúvida alguma, a uma segunda intervenção militar no sindicato dos metalúrgicos. A história se repetiu. Da primeira vez, a tragédia. Depois a farsa. Agora chegou a vez da pantomina circense? Os personagens agora estão modificados: Joaquim e sua gang, os meninos nervosos do HP e alguns "políticos" que precisam chamar a si mesmos, insistentemente, de "comunistas". Abençoando a todos, Murilo Macedo.

REFORMATÓRIO



Vai começar a agressão...

Eram 21:10 horas da sexta-feira, dia 26 de junho. Na subseção encontravam-se 4 pessoas da Comissão Interna, dois ativistas do PT, um companheiro demitido e a esposa de um companheiro, gestante de 8 meses (esta companheira foi responsável pela distribuição dos alimentos para os trabalhadores durante a greve e agora organiza a distribuição para os demitidos por justa causa). Nessa hora entram alguns elementos da Diretoria do Sindicato: Pimentel, Manuel Ferreira, Jorge, Cristóvão, Nilson e Edir, Diziam que estavam ali para "conversar".

Os companheiros da Comissão acreditaram neles. Como num esquema policial, de repente, começaram a entrar vários elementos na subdelegacia. Aparece todo o resto da diretoria, elementos do jornal **Hora do Povo** e desconhecidos. A grande maioria estava bêbada, promovendo uma ação que se assemelha aos comandos da SS Nazista. O total geral girava em torno de 65 pessoas: 21 membros da Diretoria sindical, 4 delegados de área, ativistas do Hora do Povo e outros que, pelo seu aspecto e comportamento, estavam acostumados a esse tipo de atividade.

Estava claro que a polícia da área já estava informada do que iria ocorrer. Um companheiro nosso que estava por perto, imaginando o que ocorria, foi à delegacia denunciar e pedir providência. No entanto, eles não apareceram e ainda por cima, quando o companheiro retornava, foi agredido por mais de 15 elementos, pisoteado, chutado e ameaçado com revólver na cabeça.

O esquema deve ter sido preparado juntamente com a segurança da FIAT, pois fecharam as ruas, controlavam as áreas, no velho estilo da Máfia.

A brigada do terror ao trabalho

OSVALDO PIMENTEL (presidente do sindicato) - Estava bêbado para tomar coragem. Juntamente com o ex-advogado do Sindicato na FIAT (Rildo Souto Maior), obrigou os companheiros da Comissão a assinarem dois termos de compromisso, sob a coação dos outros. Pimentel dizia que "teríamos que sair de lá (da subdelegacia) de qualquer jeito" e que "não aceitava decisão de assembleia nenhuma". Fez questão de repetir várias vezes que estávamos "expulsos" do sindicato.

MANUEL FERREIRA (Diretor do Depto. Médico) - Membro do Hora do Povo é um dos que mais instigaram para que agredissem os companheiros. É acusado de ter passado um "livro de ouro" em apoio à greve na Assembleia Legislativa. Este livro continha mais de 30 assinaturas com mais de 40 mil cruzeiros. No entanto, até hoje este dinheiro não foi entregue ao Comando de Greve. Estava armado e alcoolizado.

JORGE (Diretor do Depto. de Cultura) - Estava armado e bêbado. Era o "mais bravo": "eu faço... eu vou deixar um deitado (morto) aqui dentro... Cadê o Luiz, que eu quero beber o seu sangue...", etc. Quebrou a cara porque estava justificando a atitude deles, dizendo que "o Gianini me telefonou e ia me matar hoje". Ficou sem graça quando um companheiro da Comissão lhe disse que isso não podia ser verdade, já que o Gianini tinha viajado no dia anterior para São Paulo.

NILSON DUARTE DA COSTA (suplente e Delegado da área de Duque de Caxias) - elemento policial que há muito tempo vem distribuindo panfletos difamando a Comissão Interna e procurando desmoralizar os trabalhadores. Age junto com a segurança da FIAT. Foi o responsável pela destruição de alimentos dos demitidos.

DÊNIS ALBERTO (suplente, apelido: Jaboticaba) - É elemento do Jornal Hora do Povo. Não trabalha e foi responsável pela tentativa de agressão à companheira grávida. Dizia: "Olha, sua filha da p... cala a boca. Não fica andando por aí, se prevalecendo porque você está barriguda, não, porque eu te dou umas porradas!"

ANTONIO CARLOS (representante dos metalúrgicos na Federação) - É engenheiro, passando por operário. Juntamente com Pimentel foi o elemento fundamental, o articulador e o "comandante" da BRIGADA DE TERROR AO TRABALHADOR. No assalto à subdelegacia ele deu tiros nos pneus de três carros emprestados aos demitidos. Colocou folhas de capim para incendiar um dos carros, o que não aconteceu porque estava molhado o capim e a vizinhança estava olhando. Esbravejava e ameaçou todo mundo. Disse: "Vou matar dois da Comissão Interna". "Vou beber o sangue do Gianini".

Enfim, situações semelhantes fizeram os companheiros ficarem até 1:20 hora da

manhã de sábado num clima de terror. Apagavam as luzes e jogavam cadeiras em cima dos companheiros. Ameaçavam com revólveres, facas e canivetes. Tentaram virar dois carros. Agrediram 3 companheiros e humilharam o resto. Quiseram rasgar todos os arquivos e o material da Associação. Obrigaram os companheiros abandonarem a subseção e os alimentos que estão sendo distribuídos aos demitidos por justa causa.

TODOS SÃO RESPONSÁVEIS DIRETOS! e mais estes:

EDIR (indicado para ir para a subdelegacia de Xerém depois da greve. Instigou com suas mentiras os mais exaltados. É membro do Hora do Povo. RILDO SOUTO MAIOR (membro do regional do PMDB. Advogado do Sindicato, acusado de em 73 ter desviado dinheiro da categoria. É responsável por um processo sobre insalubridade na FIAT que há dez anos não se tem resposta). MARCOS (Membro do HP, delegado da área naval, garoto de 20 anos, sem nenhuma representatividade entre os trabalhadores, conseguindo o cargo a partir das costumeiras manobras e conchavos entre pelegos). GUEDES (delegado da área de Nova Iguaçu - iniciou a agressão a um companheiro. Estava armado). CRISTÓVÃO (Tesoireiro. Estava tão bêbado que nem conseguia falar). DIVINO (diretor de base e membro do HP). O resto da diretoria e outros elementos.

Porque eles agiram assim

acordo não aprovado pelos trabalhadores. E impedia também a utilização da subseção para distribuição de três toneladas de alimentos e como sede provisória da Associação.

A pressão que a diretoria faz contra a Comissão e demais demitidos é devida ao fato de que denunciamos para toda a categoria essas sujeiras.

2º) Porque o Jornal Hora do Povo vendeu sua dignidade em troca de colocarem um dos seus membros como delegado da área sindical da Fiat (Edir). Esse cargo nunca existiu. Foi criado apenas para esvaziar a representatividade da Comissão e "comprar" a ação dos membros do HP no assalto à subdelegacia. Quer o pessoal do HP adquirir uma representatividade que

nunca tiveram na fábrica e que jamais terão.

3º) Para tentar aniquilar de vez com qualquer resistência contra os patrões, tentando afastar a Comissão Interna, demitida por justa causa durante a greve. Assim garantiriam para os patrões o não retorno da Comissão já que a empresa está em "estado de Greve" e favorecia para a diretoria fechar um acordo salarial da mesma forma que fizeram com a greve: nas costas do trabalhador.

4º) Eles querem desarticular os demitidos que aqui de fora da fábrica estão se articulando e mantendo o Fundo de Greve para qualquer nova greve. Além de lutar pela organização da associação.

O que querem os militantes do Hora do Povo

Os militantes do HP dizem defender os trabalhadores. NA VERDADE O QUE QUEREM É OBRIGAR os operários a aceitar suas ideias através da violência e não pelo convencimento.

Em todo sindicato que atuam, acabam

com toda democracia que possa existir entre os trabalhadores. E, passam a servir de tropa de choque para os pelegos contra os interesses sindicais da massa.

Combatem com violência os trabalha-

A denúncia é nossa principal arma

Apelamos a todos os trabalhadores, aos sindicatos comprometidos com a luta da classe operária, a repudiarem esta vil, covarde e brutal agressão aos peões da Fiat.

Esta é uma agressão a todos os trabalhadores brasileiros.

Não partiu diretamente das formas costumeiras que enfrentamos durante 42 dias de greve. Partiu de forças que, sob o manto e o pretexto de defender o trabalhador, o atacam, o humilham e o ameaçam de morte, usando os métodos mais sádicos e que enjoam qualquer pessoa que possui o mínimo de dignidade e de moral.

dores que se organizam independente da estrutura patronal do sindicato atrelado ao Ministério do Trabalho. Querem com isso que os trabalhadores se tornem submissos às leis dos patrões e não combatam as ações dos pelegos e traidores da classe.

A LUTA CONTINUA. Pedimos apoio aos demitidos e denúncias desses novos agentes do autoritarismo e da submissão da classe proletária.

COMITÊ DOS DEMITIDOS DA FIAT

Xerém, 29/06/81



Democracia no conta-gotas

Em sua última reunião, a Comissão Executiva Nacional (CEN) da Conclat tomou decisões e adotou critérios para tirada dos delegados que participarão da Conferência, que deixam muito a desejar em termos de democracia.

Por Elvira Oliveira

Em sua última reunião, realizada em São Paulo no dia 27 de junho, a Comissão Executiva Nacional — CEN — da Conclat definiu vários pontos fundamentais para a sua realização. A Conferência ficou definitivamente marcada para os dias 21, 22 e 23 de agosto, em colônias de férias de diversos sindicatos, na Praia Grande em São Paulo.

O temário a ser discutido, composto de seis pontos é o seguinte: Direito ao Trabalho, Sindicalismo, Previdência Social, Política Salarial e Economia, Política Agrária e Problemas Nacionais.

O mais importante e polêmico, no entanto, foram as decisões sobre os critérios de participação das associações, federações e confederações de funcionários públicos. Estas associações, segundo a Comissão Executiva, poderão participar com delegados eleitos de acordo com os critérios de proporcionalidade estabelecidos por: os sindicatos (ver box), mas com direito a apenas um diretor por Associação. Enquanto isso, as Federações e Confederações podem participar com 7 diretores, como os sindicatos.

As Associações de aposentados terão esta mesma forma de representação e as associações civis não poderão participar, a menos que já tenham pedido para se transformar em associações de classe.

O mais surpreendente, porém, são justamente os critérios de proporcionalidade para a retirada de delegados em assembleias. Embora a CEN diga que os critérios são os mesmos dos sindicatos, há um pequeno detalhe que muda tudo. Os sindicatos elegem os delegados de acordo com o número de trabalhadores de sua base territorial, as associações, ao contrário, devem aplicar a proporcionalidade

somente ao número de associados às entidades. Isto faz cair de uma maneira escandalosa o número de delegados que as associações podem levar.

Unidade Sindical avança

Isso faz pensar numa clara manobra do setor mais atrasado da CEN, representante da auto-proclamada Unidade Sindical, para diminuir o poder de fogo das Associações, que se reproduziram ou foram fortalecidas nos últimos anos por direções de oposição autênticas. Enquanto isso, as Federações e Confederações, ainda com raras exceções feudos seguros de renomados pelegos, são privilegiadas.

Neste avanço dos pelegos e reformistas existe o firme propósito de envolver mais as confederações e federações na preparação da Conclat. Isso certamente será o ponto central da reunião com estas últimas, que se dará em Brasília no dia 10 de julho.

Outra proposta vinda destes setores da Unidade Sindical se refere a realização do ENCLAT/SP: se realizariam Enclats regionais nos dias 18 e 19 de julho e nos dias um e dois de agosto, um Encontro do Estado, que tiraria um documento único para todo São Paulo. Nessa proposta não cabe um Enclat da região metropolitana, justamente onde as oposições estão mais articuladas e com mais condições de interferir.

O espaço cada vez maior que, parece, está sendo ocupado pelos pelegos e reformistas na CEN, com inclusive o Joaquinção tornando-se o responsável pelo credenciamento dos delegados na secretaria da Conclat, é a contrapartida do pouco empenho e da pouca coesão do setor autêntico do sindicalismo até agora, nesta fase fundamental das preparações.

5 mil Delegados

Critérios de Proporcionalidade na Tirada de Delegados, para os Sindicatos e Associações:

- Até 2 mil trabalhadores — poderão eleger 2 delegados;
- Até 10 mil trabalhadores — poderão eleger 5 delegados;
- Até 30 mil trabalhadores — poderão eleger 10 delegados;
- Até 100 mil trabalhadores — poderão eleger 15 delegados;
- Até 200 mil trabalhadores — poderão eleger 20 delegados;
- Mais de 200 mil trabalhadores — poderão eleger 25 delegados.

Metalúrgicos/Stº André Eleições concorridas

Quatro chapas já se inscreveram, sendo que duas delas — a dois e a três — identificadas com o PT. Fato dos mais negativos já que abre espaço, inclusive, para a chapa do atual interventor do sindicato.

Embora com um nível de mobilização menor que o de São Bernardo, Santo André vai ter a eleição de Sindicato mais concorrida da região. Quatro chapas se inscreveram para concorrer à renovação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, prevista para outubro. Não faltaram sequer os membros da atual e impopularíssima Junta Interventora que lançaram a Chapa Um, comandada por Antonio Morales, o interventor que recentemente emprestava o salão do Sindicato para bailes de dedos-duros.

A ex-diretoria do Sindicato, liderada por Benedito Marcílio e José Cicotti, decidiu apoiar a chapa 3. E

os nomes foram recolhidos junto aos trabalhadores, após uma discussão sobre objetivos e rumos do movimento sindical. Rubens Alves Rodrigues é o candidato a presidente pela chapa 3. Nasceu no bairro do Ipiranga, em SP em 1939 e é metalúrgico há 25 anos. Funcionário da Volkswagen Caminhões de Santo André, Rubens teve atuação destacada nas últimas greves e sua consciência política vem desde as lutas anteriores a 1964.

Saulo Garlippe, presidente do Fundo de Greve de Santo André e um dos representantes dos trabalhadores na Comissão Negociadora junto à FI-ESP este ano, é candidato à secretário.

A chapa 3 está sendo divulgada entre os trabalhadores como "Zé Malho", um personagem de quadrinho, muito conhecido pelos metalúrgicos da base territorial do Sindicato, que inclui Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

A chapa 2 tem o nome de "Movimento Sindical Solidariedade" e é liderada por José Maria de Almeida, um dos condenados pela LSN no processo movido contra os sindicalistas do ABC.

"Unidade e Renovação" é o nome da chapa 4 que tem como candidato a presidente, José Timóteo da Silva.

(V.A.)

Marceneiros/SP Oposição na Cabeça

Mais uma turma de pelegos está se preparando para vestir o pijama. A oposição sindical ganhou o primeiro escrutínio das eleições do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo. Dos 2708 sindicalizados com direito a voto, votaram 2111 e a oposição teve 97 votos de dianteira sobre a situação. Embora a oposição tenha tentado um acordo com a situação para que fosse proclamado vencedor quem ganhasse o primeiro escrutínio, isso não foi conseguido, ficando assim marcado um segundo turno de votação para os dias 7, 8 e 9 de julho.

A Chapa 2 mantém-se atenta, continuando o trabalho de esclarecimento da categoria e lançando um boletim convocatório para as novas eleições, com a finalidade de manter a categoria mobilizada, como aliás seus membros vêm fazendo esse trabalho há mais de três anos, sindicalizando, mobilizando e reerguendo um sindicato que já foi um dos mais combativos do Brasil. Essa tradição foi entretanto interrompida nos últimos dezesseis anos, época em que reinou absoluta a atual diretoria, preocupada consigo mesma e no máximo com as tradicionais questões do Sindicato assistencialista: extensão do INAMPS, médico, dentista, advogado, colônia de férias...

Com a chapa 2 emplacando de vez, a

pelegada vestindo o pijama e indo para a cama, a classe operária vai eliminar mais um obstáculo para a sua libertação.

(R.G.)

CHEGOU A NOSSA VEZ!
VAMOS ELEGER OPERÁRIOS PARA DIRIGIR O SINDICATO DA CONSTRUÇÃO CIVIL!

A Oposição Sindical da Construção Civil-S. Paulo convida para o lançamento de sua chapa — dia 12 de julho, às 10 horas, na Rua Florêncio de Abreu, 270.

Itu: miniatura de pelego

As eleições para o sindicato dos metalúrgicos de Salto de Itu foram marcadas sem dúvida alguma por "grandes" fatos. Benedito de Godói, há 20 anos encastelado na direção da entidade, teve pela frente uma chapa de oposição com razoáveis condições de vitória. E não esperou para ver. A campanha elei-

toral foi marcada por uma série de incidentes, inclusive com um misterioso "quase atropelamento" dum sindicalista de oposição.

Além disso, demissões e cortes nos quadros de associados do sindicato modificavam visivelmente o colégio eleitoral. No primeiro escrutínio, não deu quorum suficiente. No segundo, a oposição venceu com

70% dos votos. A situação entrou com recurso, a Delegacia do Trabalho breiou a posse da oposição e nomeou interventores. Surpresa — os interventores são os elementos da antiga situação. A oposição entra agora numa segunda batalha para ganhar a guerra: já ganhou, agora quer levar e expulsar do sindicato o aprendiz de Joaquinção.

(R.M.)

O caso atômico e a função do jornalista

O que distingue o jornalista socialmente responsável do irresponsável? Qual a função social do jornalista na sociedade burguesa? Quando um jornalista deve deixar de veicular informações relevantes, para ficar em paz com suas concepções ideológicas e posições políticas? Como saber se o jornalista não está sendo usado pela sua fonte? A propósito, o que é uma fonte? Quando se pode dizer que determinada informação vem de fontes responsáveis?

Essas são algumas das questões suscitadas pela incrível batalha que dividiu a grande imprensa do país no mês passado em dois campos distintos: de um lado o Estadão e o Jornal da Tarde, revelando que o Brasil forneceu urânio ao Iraque, segundo fontes responsáveis; de outro, quase todo o resto da grande imprensa insistindo em que a suposta remessa não foi confirmada, e que a própria notícia teria sido plantada pelo serviço secreto de Israel, o famoso Mossad.

A acusação ao Mossad foi encampada pelo governo levando ao quase rompimento das relações diplomáticas com Israel. Com essa atitude, o governo tentava reforçar os desmentidos a qualquer remessa de urânio. Mas foi um gesto inútil. Numa reportagem clássica de jornalismo investigativo, repórteres dos dois jornais descobriram e revelaram ao público o elo que faltava na cadeia de eventos da operação de embarque do urânio: a empresa transportadora, o cronograma e o roteiro das viagens, o preço dos fretes do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) em São Paulo, onde o urânio foi purificado, até o aeroporto de São José dos Campos, onde pousaram os dois aviões iraquianos.

Usei propositadamente a expressão descobriram e revelaram, porque ela nos ajuda a responder algumas das questões levantadas na abertura deste comentário. O que distingue, por exemplo, um jornalista de um espião, de um "attache" político e tantos outros tipos de "informantes" é principalmente o fato de que o jornalista procurará publicar tudo o que descobrir, e da maneira mais espetacular possível. O espião, ou o informante fará um relatório a seus superiores. É o compromisso de publicar, revelar ao grande público aquilo que descobriu, que define a função social do jornalista — muito mais do que as técnicas e o talento investigativo. Quem descobre e sabe das coisas, quem sabe interpretar e analisar as informações pode ser tanto um espião como um jornalista. Mas é apenas o jornalista que as publica.

Imunidades

A distinção entre os que divulgam e os que sonégam a informação ao grande público é crucial na definição da função social do jornalismo. O próprio privilégio de que gozam jornalistas em muitos países, podendo, por exemplo, negar-se a revelar fontes em processos judiciais ou podendo, sem sanção moral e muitas vezes sem sanção legal, receber por interceptação documentos sigilosos, — esse privilégio só existe porque o objetivo presumido da ação é informar o público. Foi a interceptação de documentos sigilosos, que fez de Jack Anderson, o jornalista que revelou o envolvimento da ITT na derrubada de Allende, um dos mais notáveis nomes da imprensa americana. É por isso que todos os órgãos de classe protestam hoje contra a condenação — moralmente injusta — dos jornalistas Osmar Trindade e Rafael Guimarães do COOJORNAL que publicaram os documentos militares sobre a ação do exército contra o foco guerrilheiro do capitão

Aqui Bernardo, combatente da anistia, jornalista ligado à história da imprensa alternativa e atual correspondente do jornal londrino The Guardian, discute a ética do jornalismo a partir da divulgação da remessa secreta de urânio brasileiro para o Iraque. Por tornar público o envio, Bernardo foi acusado até mesmo de participar de um complot israelense interessado em justificar o bombardeio a instalações militares do Iraque como um gesto de auto-defesa frente a um país inimigo empenhado na fabricação de uma bomba atômica.

Por Bernardo Kucinsky



Lamarca no Vale do Ribeira, em 1969. O combate às guerrilhas urbanas e rurais foi o Vietnam do exército brasileiro, e a divulgação completa, daquelas ações é essencial para que não se repitam as violações de direitos humanos.

A imunidade do jornalista está vinculada à sua obrigação de informar, seja quais forem as razões de Estado contrárias à divulgação da informação — e que nem sempre são razões de um Estado, às vezes são de um partido, de uma empresa, de um grupo político. Assim, como a imunidade parlamentar é uma contrapartida e uma condição necessária, para a atuação livre e independente daquele que recebeu um mandato pelo voto.

Incorporando a auto-censura

No Brasil, nos anos negros do regime, como hoje se costuma dizer, era comum jornalistas enviarem a seis chefes de redação ou até mesmo aos donos de seus jornais, relatórios contendo informações que — supunha-se — não podiam ser divulgadas. Com essa prática, que de exceção logo virou regra, os donos dos jornais ficavam sabendo qual o general em ascensão, mas o público permanecia no escuro. Assim foi nascendo esse tipo bem nosso do jornalismo bem informado, mas que nunca informava seu público. Dois outros fenômenos contribuíram para esse afastamento. Em primeiro lugar a verticalização do processo de comunicação, introduzida principalmente pelas revistas semanais de estilo necessariamente universal e sintético. Os textos passaram a ser

o resultado final de um processo de condensação, homogeneização, "pasteurização", da informação. Estabeleceu-se a mais profunda separação entre o repórter e o editor. Hoje, na maioria dos jornais, "o repórter reporta ao editor, ou seja ao "público interno"; o editor edita ao público externo. Exatamente por isso, apenas os grandes comentaristas que buscam eles mesmos a informação — e os correspondentes no exterior — mantiveram o vínculo pessoal com a necessidade de informar e interpretar. O segundo grande fator de alienação do jornalista foi a introdução da censura prévia em alguns órgãos de imprensa burguesa, e nos principais órgãos da imprensa alternativa, nos dias negros do regime.

A censura prévia é o grande divisor de águas do regime do ponto de vista da indústria de comunicação. A função dessa censura é fortalecer o regime num momento crítico, reforçar o processo de acumulação dos vários setores da burguesia e protegê-lo das críticas — mas, com isso, a indústria de comunicação é diretamente prejudicada e não favorecida, pois a censura prévia, necessariamente aleatória e subjetiva, destrói o planejamento editorial das publicações, que passam a ser impressas não com o que foi previsto, mas com o que sobrou daquilo que foi preparado.

A censura prévia não destruiu o sentido da obrigação de informar nos jornais a ela submetidos — mas sim nos jornais que para fugir à elas foram adotando a auto-censura. O efeito deseducativo da auto-

censura sobre o jornalismo foi profundo. Basta comparar até mesmo as mais contundentes peças do jornalismo crítico de hoje, escritas pelos mais independentes e conscientes jornalistas, com as reportagens de trinta anos atrás de David Nasser, Edmar Morel, Carlos Lacerda ou Joel Silveira. Não é coincidência o fato de que o Jornal da Tarde e o Estadão — os dois únicos diários da imprensa burguesa submetidos por período prolongado à censura prévia — foram os únicos a encontrarem fontes que confirmavam o envio do urânio, a entenderem o conceito de fonte, e insistirem na divulgação não só do fato original — o envio do urânio — mas das suas implicações, principalmente a de que o governo está engajado no que parece ser um programa nuclear paralelo, sigiloso, que possivelmente visa a capacitação militar. É até possível que esse episódio marque o início de uma renovação do Estadão, coincidindo como fim da fase mais aguda de suas dificuldades financeiras. Não há dúvidas de que o Estadão está recuperando o conceito de fonte. Toda a imprensa nacional flagrou o encontro no qual oficiais superiores do I Exército receberam um resumo das conclusões do inquérito do Rio Centro, três dias antes da data marcada para a divulgação oficial ao público externo. Mas somente o Estado e o Jornal da Tarde foram atrás de suas fontes militares, dando esse resumo antes de toda a imprensa. Com isso a pompa e circunstância, usadas pelo coronel Job como forma de dourar a mentira, foram esvaziadas por esses dois jornais.

Batalha de sofismas

Foi a precipitação de todas essas tendências, num quadro de falsa disputa entre os quatro grandes, que levou a maior parte dos jornalistas a tentar procurar a todo custo, provas de que não existiu o envio de urânio. Quando a tarefa era de descobrir mais e mais eventos relacionados ao envio. E discutir suas implicações. Exausta pela batalha de sofismas e meias verdades, a grande imprensa finalmente abandonou o tema. Até hoje as grandes implicações do evento — em termos de programa nuclear nacional e política externa, principalmente — não foram discutidas em profundidade pela imprensa.

A atribuição da informação a fontes do Mossad atendia as necessidades psicológicas de uma imprensa que não tinha mais fontes — e nem sabia o que era uma fonte. Uma imprensa que não leu "Water-gate", o caso que levou à derrubada de um presidente, e que tinha como maior fonte uma pessoa até hoje não identificada, o "deep-throat". A partir disso no momento em que a informação foi reconfirmada por pelo menos mais quatro fontes independentes, deixava de ter a maior importância sua primeira origem — que ademais não era do Mossad, apesar de ser bem provável que não só o Mossad, mas também a CIA soubessem do embarque. Esse embarque, hoje se percebe, não era o segredo mais bem guardado do país. Somente a imprensa dele não sabia. A divulgação da notícia, além disso, não beneficiou Israel, pois no cenário internacional já era sabido que Iraque estava comprando urânio não só de um mas de vários países. Tanto assim, que não houve repercussão dessa notícia no exterior quando ela foi divulgada pela primeira vez, cinco dias antes da primeira reportagem do Estado. É aqui, dentro de casa, que interessa saber o que o governo — megalomaniaco — faz com o nosso urânio e com o nosso Imposto de Renda.

Violência contra a mulher



• Vera, 35 anos, casada há 5 anos, começou a sofrer violências físicas por parte do marido há 3 anos, mas só quando ele bebia. E ele bebia sempre. Mas Vera nunca deu queixa na delegacia, tinha vergonha. Apareceu no S.O.S. com o braço quebrado, o marido bebeu demais e se excedeu. Ela não aguenta mais. Separar? Não sei...

como é que vão ficar as crianças?

• Lara, 17 anos, voltava de uma festa em companhia das amigas, cada uma foi chegando em casa e ela ficou por último, sózinha, era quase meia noite. Passou um carro com 3 ocupantes, mexeram. Lara não olhou. Eles voltaram e a estupraram numa travessa do Tatuapé. Depois do estupro pegaram suas roupas

e jogaram no telhado de uma casa. Lara chorava muito, e seu choro e gritos acordaram a vizinhança. Pegaram sua roupa e chamaram a polícia.

Ela não lembrava de onde vinha, onde ficava sua casa, nem seu nome. Levaram-na até que se acalmasse e lembrasse de seu endereço. Lara não denunciou, não contou a ninguém. Vergonha.

• Gilda, 34 anos, vai ao S.O.S. para denunciar que seu marido mexe muito com a filha de 10 anos. Começou ajudando a dar banho na menina quando ela era ainda nenê, hoje já a estuprou, manteve relações anais e orais. Não quer que ele faça mais isso. Tirar o poder pátio? Isso significa que ele vai ter que sair de casa? Não, não quero separar dele.

• Maria, 40 anos, mora na periferia de São Paulo. Seu marido não bate, não maltrata, mas tem outra. Trabalhou a vida inteira, costurando, para ajudar a comprar uma casa, e uma cama de casal só pros dois. Ficou sabendo que ele deu um jogo de quarto para a amante. Um jogo completo. Não quer separar, quer o jogo de quarto.

Onde nasce a violência

Os homens são os culpados dos espancamentos, estupros e toda forma de ataques que se cometem cotidianamente contra as mulheres?

Esses são alguns exemplos daquilo que se chama de violência contra a mulher, exemplos tirados das quase 700 fichas de atendimento do SOS-Mulher de São Paulo, demonstrando que quando se fala em violência não se fala no vazio de uma "invenção" abstrata.

Uma violência que começa no ato físico do estupro ou da surra, mas que se estende à impotência em que a sociedade joga a mulher vitimada: sem nenhuma profissionalização, educada para ser esposa e mãe, como vão ficar as crianças? como se sustentar? Pior, o fim do casamento é também o atestado de seu fracasso enquanto pessoa.

A resposta que a sociedade exige é sempre o silêncio. Mesmo a mulher estuproada é olhada com desprezo, se perdeu a virgindade, agora "caiu na vida", carrega para sempre uma vergonha. A convivência e o silêncio, abafando cenas no interior dos lares permitem que elas sejam cada vez mais cotidianas, a mulher como válvula de escape da violência crescente sobre todos os indivíduos.

Seria ingênuo e simplista culpar o homem ou o machismo por essa violência. A nossa primeira reação é de perplexidade: como pode uma pessoa chegar a um extremo assim, matar, espancar, estupro? Depois a gente começa a perceber os fragmentos dessa violência que existem dentro de nós mesmos. A gente

começa a pensar na educação que recebemos, nos filmes que se vê, nas barras que se enfrenta. A gente percebe que esta violência estende suas raízes e se alimenta de um mundo que não tem lugar para o companheirismo, para o sentimento, substituídos pela competição, pela hierarquia, pela exploração, a posse e a mercadoria. Um mundo onde homens e mulheres são massacrados permanentemente e transformados em indivíduos incapazes de amar.

É o que constataram as plantonistas do S.O.S - Mulher de São Paulo, no primeiro telefonema que atenderam: "Moça, eu, ... bem, sabe é que - no mínimo era trote, pois a voz era de homem - a minha mulher, ela estava com um cartão de vocês. Veja bem, eu não sou violento. Sabe, eu trabalho o dia inteiro e não posso argumentar com meu chefe quando ele briga comigo. E a gente trabalha tanto para receber um salário que é um abuso. E depois, ah, depois tem aquele ônibus que tira qualquer cristão do sério. O ônibus vive tão cheio que eu nunca consigo descer no ponto mais próximo de casa. Daí eu já chegou de mau humor... Veja bem, eu queria que vocês entendessem isso. Eu amo muito minha esposa, mas chego de mau humor, cansado, qualquer falha doméstica dela já me irrita. E por estes dias eu perdi a cabeça..."

(por Marília Carvalho e Tereza Verardo)

Dupla discriminação

Além da discriminação enquanto mulheres, as lésbicas enfrentam a truculência dos policiais, "tratamentos" psiquiátricos e o código civil brasileiro.

É de muita importância ressaltar que as lésbicas são mulheres, já que para muitos, elas não passam de um homem com corpo feminino. Mulheres que sofrem a opressão e a discriminação pela sua condição biológica e que, pela sua opção sexual, ainda são vítimas de outras formas de violência.

No ano passado, tivemos um exemplo de ação violenta e arbitrária exercida sobre os homossexuais, quando o delegado Richetti e sua comitiva faziam suas "limpezas", invadindo os bares frequentados por homossexuais em São Paulo e carregando à força as lésbicas. Nem todos os documentos que eram apresentados aos policiais minimizavam a condição de "imorais", "degeneradas", "marginais" para os policiais empenhados na então chamada "operação Sapatão".

Estas leis, nunca escritas, mas que condenam qualquer pessoa que não aceite os padrões impostos pelo sistema basicamente moralista e machista, que não incorpore as "regras de normalidade", geram a violência, do seu sentido mais amplo ao mais específico e sutil.

Como em certas "linhas tendenciosas" da Terapia Comportamental que dispensam um tratamento específico aos casos de homossexualismo, através de choques elétricos e aplicações de injeções que causam náuseas concomitantes a projeção de slides mostrando corpos do mesmo sexo.

Violência também das leis escritas, quando no Tribunal da Justiça uma mãe lésbica certamente perde a guarda dos seus filhos, mesmo tendo todas as condições financeiras, educacionais e afetivas para dar a eles. E certamente perde também todas estas condições estáveis pelas consequências que a "justiça"

acaba acarretando — a perda do emprego, da auto-estima, do equilíbrio emocional — o escândalo que se forma em torno do assunto, a deturpação da imprensa, a invasão da sua individualidade, a perda total dos seus direitos de mãe.

Ou na constituição do Código Internacional de Doenças e do INAMPS, onde o homossexualismo é tido como desvio comportamental, podendo até ser aposentado por invalidez. Como modificar estas leis arbitrárias que fazem um homossexual perder o seu ritmo normal de produção pela sua preferência sexual?

Atualmente, e desde o seu começo, mulheres lésbicas vêm participando do SOS MULHER, desenvolvendo um trabalho importante junto às mulheres que o procuram. Dos casos atendidos pelo SOS até hoje, dois casos de lesbianismo foram registrados.

O primeiro, de uma mãe lésbica já desquitada, de quem o ex-marido queria tirar a guarda dos filhos pelo seu novo modo afetivo de convivência — com uma outra mulher.

O segundo caso, um pouco mais complicado, era de uma secretária que perdera o emprego por causa de telefonemas anônimos, acusando-a de lésbica ao colégio em que trabalhava. O que fazer em um caso destes? Em primeiro lugar precisava-se saber se ela estava realmente disposta a levar o caso até as últimas consequências — o que não ocorreu, porque isso implicaria em todo um escândalo em torno do seu nome, o que a dificultaria em arrumar um outro emprego, além de perder amigos e ser execrada pela família.

(por Silvana Afram)

Apesar de tudo, sonhar um mundo bonito

Se o silêncio sempre foi o maior incentivador de novas violências contra as mulheres, a partir dos protestos contra assassinatos por maridos, mulheres de todo o país começaram a dar sentido à palavra solidariedade e a botar a boca no mundo. Este mês, no dia 11, em Salvador, dezenas de mulheres vão se reunir, no I Encontro Nacional contra a Violência. Entidades que já vêm trabalhando com este tema, como o SOS-Mulher de São Paulo, o Centro dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte e a Comissão contra a Violência do Rio de Janeiro, além de grupos feministas de todo o país, se reunirão para trocar experiências, pela primeira vez a nível nacional. O tema da violência, sem a menor dúvida, é importantíssimo para o movimento feminista e tende a envolver cada vez mais mulheres na luta, na denúncia e na conscientização.

Aqui, apresentamos duas experiências, através das palavras das próprias mulheres: trechos do balanço efetuado pelo SOS de São Paulo — quase um ano de trabalho e muita coisa para contar — e uma experiência que se inicia em Porto Alegre, aglutinando vários grupos feministas.



“Ocorreram-nos imagens, cenas de um filme muito vivo e emocionante. As cenas do ato público em que lançamos o SOS-Mulher de São Paulo. Um ato à nossa imagem. Lá fizemos teatro, ouvimos depoimentos, conversamos com as pessoas na rua. Não éramos nós mulheres falando, discursando sobre a violência específica que atinge a mulher. Éramos nós, atingidas por essa violência, manifestando nossa inconformidade, manifestando nossa vontade de poder ser integralmente e não ser menos por ser mulher.

...e foi o primeiro ato feminista em São Paulo, o primeiro ato que tratasse do específico. Um ato ousado. Finalmente ousamos falar do que nos atinge.

Mais tarde apanhamos na rua. Simbolicamente, o lançamento do SOS e o primeiro caso registrado no nosso livro é o da surra que levamos. Da agressão verbal os caras passaram à agressão física. Isso porque reagimos. Foi terrível. Choramos de raiva de ódio e tristeza e da violência que ressentimos também.

A primeira ambiguidade vivida por nós. Queremos um espaço de solidariedade entre mulheres que sofram violência. Não aceitamos essa violência e de repente sentimos ódio e se tivéssemos força, queríamos ter acabado com eles.

Apenas nós mesmas e nosso amor

Partimos para a prática. O plantão abriu na segunda-feira que seguiu ao ato. Plantão precário. Nós com nós mesmas e nosso amor que queremos concretizar, nosso grande afeto pelas mulheres mais próximas que compõem o SOS e que queremos estender a muitas outras mulheres violentadas. A gente quer se dar uma força, a gente se dá uma força enorme e essa força tem de ser ampliada.

A imprensa começa seu cerco. Precisamos dela para divulgar a existência desse pequeno espaço criado por nossa certeza e nossa grande vontade. A imprensa nos deforma, ela pouco fala de amor, pouco

fala de solidariedade, fala de assistência a mulheres espancadas. Isso nos engole, nos leva num redemoinho e estamos o tempo todo tentando nos controlar para não deixarmos de ser o que queremos ser. Nos deformamos perante a imprensa. Entramos na dança pensando em ser super mulheres que vão resolver o problema das outras.

Sofremos com o sofrimento delas, nos entregamos, nos perdemos. Nesse processo nosso, o pequeno coletivo vai se ampliando (somos hoje cerca de 60). O espaço de discussão se reduz. Mil coisas para fazer sempre. O plantão, a ampliação, a organização, o dinheiro que não temos. E sempre esse medo latente: não somos só isso.

Entrar nos recantos escondidos da submissão

Para quem procura o SOS, não adianta apenas ver resolvido seu problema imediato. Isso é importante, mas é importante também que ela se fortaleça. A relação do espancador com a espancada não é tão simples assim. Quem apanhou dez anos aceitou essa situação durante esse tempo. Chega um ponto em que é insuportável. É o basta. Ela quer sair dessa. E, de repente dois dias depois, some do SOS e se recoloca na mesma situação. Isso levanta sérias questões que nas conversas aparecem claramente. Quem apanha, no fundo pensa que merece o castigo. É que por uma razão ou outra ela falhou no cumprimento do seu papel. Às vezes ela não sabe no que falhou. Mas com certeza ele sabe, já que a castiga.

É a interiorização da opressão, da submissão, é a nossa consciência milenar de pertencer a um dono que se manifesta nestas vacilações. É o conceito de amor-posse que está nas nossas entranhas e justifica o ciúme doentio a ponto de justificar a violência.

Tudo isso tem de ser trabalhado, temos que entrar, junto com as mulheres que nos procuram, em todos os recantos escondi-

dos de nossa submissão atávica. É isso o importante, é nesse questionamento que nos situamos.

Curvas, retas e redemoinhos

Do atendimento individual passamos ao atendimento em grupo. Isso representa um passo incrível e os primeiros grupos estão nos revelando muito. A linguagem se solta, todas falam e se questionam na sua relação. Isso está apenas começando, é um caminho que nos parece rico. A procura de uma identidade que fuja da nossa identidade tradicional e não assimile a identidade dominante.

Um longo caminho que todas, sem “nós” e “elas”, temos que percorrer. O difícil é que lá na frente nada está muito claro.

São idas e voltas, curvas e retas e redemoinhos. São obstáculos dentro de nós que temos que enfrentar. É uma batalha sem inimigo, sem arma, sem terreno delimitado.

É isso o SOS... é também o livreto que fizemos sobre como prevenir e se defender de ataques. É o livro branco das mulheres assassinadas. Somos nós correndo de noite para levar uma moça estuprada na delegacia e no Instituto Médico Legal. Somos nós tremendo quando uma mulher chorando no telefone conta que o marido acabou de quebrar sua perna. Somos nós perplexas, angustiadas, felizes por esse sentimento difuso de que estamos fazendo algo de bom.

Somos nós batendo palmas e rindo emocionadas quando uma mulher fala que se sente bem com a gente e quer voltar e discutir mais e talvez entrar também pra o SOS. Somos nós pensando numa casa gostosa, uma casa aberta onde qualquer mulher possa entrar, falar, ficar quieta, ouvir música, chorar cantar. Somos nós curtindo a gravidez e o nascimento do filho de uma amiga. Somos nós sonhando um mundo bonito. “Somos nós tão contentes em estarmos juntas.”

Porto Alegre De negro, nas ruas

“Éramos 14 ou 15 mulheres, todas vestidas de preto, na Rua da Praia, centro de Porto Alegre, dia 29 de junho passado. Havíamos decidido fazer uma manifestação pública, mostrar nossa indignação contra o assassinato de mulheres por discriminação sexual.

Formamos uma roda e no centro colocamos um cartaz com os nomes de todas as vítimas do mês. “Estamos aqui para protestar. Mostrar nossa indignação. O motivo é o assassinato de mulheres por seus maridos, o ciúme, o estupro, a violência sexual que as mulheres sofrem nas ruas, nas casas, nos becos escuros. Estamos indignadas! Porque as mulheres são violentadas?”

Líamos todas juntas estes textos e depois cantávamos músicas bem populares, conhecidas por todos, com as letras modificadas para a situação. Um homem chorou, algumas mulheres começaram a cantar e ficaram o tempo todo com a gente.

Esta foi a primeira vez. Voltaremos todos as últimas segundas-feiras do mês, inclusive com mais de uma manifestação ao mesmo tempo, espalhadas pela cidade. Para nós, mulheres de vários grupos feministas e feministas independentes, isso pode significar o início da construção de um SOS — Mulher no Rio Grande do Sul. Um SOS nascido nas ruas, na solidariedade popular, no desejo de fazermos alguma coisa que nos una e mostre nossa indignação.”

(Por Dinah Lemos)

Em conversa com Lula, o presidente da UEE de Minas debateu a ação unitária dos estudantes filiados ao PT e ficou acertado um Encontro de estudantes petistas, dia 4 de setembro, em Brasília, precedendo a Convenção Nacional do Partido.

Corrente estudantil no PT

Por Américo Antunes (*)

O movimento estudantil, principalmente o universitário, sem dúvida, tem contribuído muito na tarefa de construção do PT, desde o seu lançamento, desde quando o PT era apenas uma idéia. Há muito as ilusões do estudante como futuro patrão estão enterradas e consumidas na história recente deste país. A greve dos médicos cariocas comprova claramente que o futuro do universitário é um futuro de exploração, é um futuro de baixos salários e desemprego. Assim, a necessidade de uma ação consequente dentro da universidade, a necessidade da construção de um programa educacional para o PT e de uma ação unitária, comum, dos seus militantes, por várias vezes foi assunto de debates e reuniões. A discussão sobre os núcleos na universidade, seu papel e objetivos, o programa educacional, os militantes estudantis perante as eleições da UNE e UEE's foram bastante debatidos, chegando ao ponto de realizarmos uma reunião com a direção nacional do partido, no Congresso de Piracicaba, em 1980, com nada menos que mil simpatizantes ou militantes do PT na universidade. Entretanto, estas discussões não foram em frente, não tiveram continuidade naquele momento, suspensas pela tarefa maior da legalização do partido.

Bate-papo com o Lula

Em discussão recente com o Lula, em São Bernardo, procuramos abordar a necessidade da



Depois da legalização, construir os núcleos e a intervenção política do PT.

construção política do partido dentro da universidade. E podemos afirmar com segurança que estas preocupações estão presentes de uma forma muito mais ampla no pensamento da direção nacional do PT. O problema da nucleação, dos canais democráticos de participação e atuação das bases do partido, dentro dele e fora dele, são tarefas que, segundo o próprio Lula, devem ser respondidas rapidamente.

Fomos informados, na questão do programa educacional, de que o educador Paulo Freire ficou encarregado de elaborar propostas envolvendo o proble-

ma do ensino em todos os níveis. Levantamos a necessidade de que os estudantes participassem do processo de discussão deste programa, discutindo, contribuindo efetivamente no sentido também de colocar, ou melhor, de como colocar os seus serviços enquanto médicos, jornalistas, engenheiros etc, num trabalho junto aos núcleos, nos bairros.

Em outras palavras, de como poderíamos, dentro de nossas profissões, atuar enquanto petistas, construindo uma universidade e adequando nossas profissões de acordo com as necessidades con-

cretas da maioria da população oprimida.

Ação unitária

Uma outra questão fundamental seria a da unificação dos militantes petistas em torno de propostas de luta, na atuação, na formação de chapas comuns para as entidades etc. É sabida a crítica do dirigente nacional do PT sobre o fato dos estudantes filiados terem concorrido no ano passado em três chapas diferentes nas eleições para a UNE.

Por todos estes motivos, consoantes à necessidade maior de consolidar o partido realmente, ficou acertada com o Lula uma

discussão nacional dos estudantes filiados a ser realizada no dia 4 de setembro, em Brasília, antes da Convenção Nacional do PT. Neste Encontro, seriam debatidos a questão do programa educacional para o partido, lutas e bandeiras e também a questão da atuação conjunta dos militantes na universidade, a nucleação etc.

Este encontro se reveste de grande importância para os estudantes militantes do PT, todos aqueles interessados em consolidar nosso partido enquanto um partido de lutas e intervenção concreta no movimento social. Neste mês de julho, nos Encontros por Áreas, no próprio CONEB, (Conselho Nacional de Entidades de Base) devem ser realizadas reuniões para discutir, aprofundar o debate sobre estes pontos iniciais. É importante ter claro que esta preparação, as discussões por escolas, o trabalho de construção do partido, não se faz em contraposição às nossas lutas, às nossas intervenções no dia-a-dia contra o ensino pago, por mais verbas, melhores condições de ensino etc. Nossa tarefa é integrar uma prática político-partidária com nossas lutas e ações no movimento estudantil, unificando os militantes do PT em torno daquelas propostas que apontem para uma universidade, uma educação voltada e aberta aos interesses e anseios da classe trabalhadora.

* Américo é presidente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais.

Secundaristas Entidade ou aparelho?

Realizou-se em Salvador, Bahia, nos dias 6 e 7 de junho o III ENES (Encontro Nacional de Estudantes Secundaristas). Convocado por algumas entidades estaduais e municipais do país, o encontro contou com a presença de 19 estados, participando uma média de 600 pessoas, sendo que 192 representavam entidades.

Foram discutidos vários pontos relativos à luta dos secundaristas: verbas para a educação; a elitização do ensino; o passe escolar; o problema do ensino pago e a democracia nas escolas. Não foi definida nenhuma luta unificada, mas apenas apontados eixos básicos: a luta contra a repressão nas escolas; pelo ensino público e gratuito e pela construção de grêmios livres.

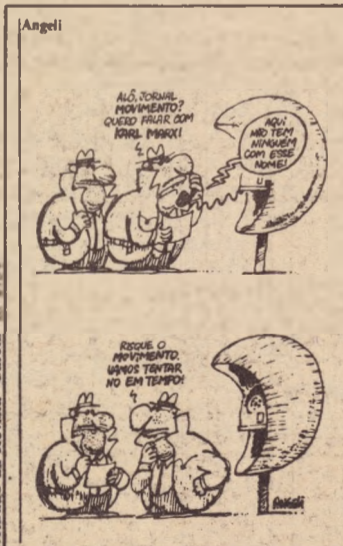
Contraditoriamente à ausência de lutas nacionais, foi deliberada a realização do Congresso de Reconstrução da UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) em Curitiba, dias 31 de outubro, 1º e 2 de novembro. O critério de votação aprovado foi de 1 representante por Grêmios Estudantis (onde não houver, 1 delegado eleito por assembleia ou por voto em urna), 1 representante por união municipal e 1 representante por união estadual.

A maioria desta deliberação eram propostas por estudantes identificados com os jornais Hora do Povo e Tribuna da Luta Operária, que através das entidades que aparelham, levaram uma numerosa massa de manobra, como foi o

caso da UGES-RS. O critério de votação para o congresso, que não privilegia as discussões nas escolas, nem é proporcional ao número de estudantes de cada uma, reflete claramente a intenção destas posições de criar uma entidade distante das bases, um enorme aparelho a nível nacional.

O que nos resta fazer agora é discutirmos em nossos colégios, propagando a União Brasileira de Estudantes Secundaristas e, ao mesmo tempo, denunciando essas correntes oportunistas, que não querem uma entidade representativa, nascida de lutas.

(Haickel Maluf — presidente do Grêmios do Colégio de Aplicação)



No EM TEMPO você também não encontrará Karl Marx, mas poderá conhecer um time de primeira engajado a construir o PT.

Leia e assinie

A Editora Aparte S.A. • Rua Francisco Leitão, 57 • Pinheiros — SP • CEP: 050414 • Fone: 852-8880
Estou enviando o chequepor uma assinatura anual

Comum: |Cr\$ 1.000,00 () Exterior: US\$ 50,00 ()

Nome:
Endereço:Bairro
Cidade:EstadoCEP:

Oito anos de estado de sítio

Por Marcelo Zugadi

Uruguai

Especializada na repressão a seus cidadãos fora de suas fronteiras, a ditadura militar uruguaia comemora seus oito anos com um milhão de exilados, uma exemplar história de repressão e uma crise política onde está vindo à tona toda a corrupção que assola as forças armadas.

Entre as sinistras ditaduras do cone sul, a uruguaia se destaca. O fato do sofrido povo uruguaio ter emigrado em massa, corrido pela repressão ou pela fome (calcula-se que um milhão de uruguaio vive no exílio) fez com que as forças armadas deste país se especializassem na repressão aos uruguaio fora de suas próprias fronteiras. Na Argentina há 127 seqüestrados de nacionalidade uruguaia — entre os quais 7 crianças — e muitos cidadãos da antiga "Suíça latino americana" foram assassinados na Argentina ou presos ali para logo serem levados ao Uruguai.

No Brasil, é bem conhecida a operação combinada que terminou com o seqüestro de Lilian Celiberti, seus dois filhos e Universindo Diaz, em 12 de novembro de 1978. Neste caso, graças à rápida e efetiva campanha de denúncia, as vítimas não foram assassinadas e o governo uruguaio se viu obrigado a reconhecê-los como presos. Mas em centenas de outros casos o resultado não foi este; como por exemplo o de Gustavo Inzaurrealde e Nelson Santana, uruguaio, detidos em Assunção pela polícia paraguaia, entregues à ditadura argentina e desaparecidos desde então.

Em novembro do ano passado, quando dois em cada três uruguaio votaram contra o projeto que pretendia institucionalizar o governo militar, a ditadura que oprime o país del Plata sofreu uma queda da qual não parece capaz de se levantar. Oito meses depois do fracassado referendun, os militares buscam uma saída enquanto os partidos da burguesia,

calados durante oito anos frente aos crimes dos militares, reclamam "um rápido retorno à democracia."

Corrupção e luta interna dos militares

Recentemente houve mudanças na cúpula militar, acompanhadas de rumores de golpe. O saldo parece ter favorecido à ala "moderada". O general Cardozo, novo chefe da Aeronáutica, declarou que o país rechaçou no referendun o projeto constitucional mas não o retorno à democracia; também o novo chefe da Marinha, contra-almirante Rodolfo Invidio, afirmou que é preciso encontrar uma solução "baseada na vontade do povo". No Exército, o general Abdón Ramirez, chefe da Comissão de Assuntos Políticos, foi encarregado de tomar contato com os partidos Blanco e Colorado a fim de buscar uma saída política. Trata-se naturalmente, da tentativa de preparar uma eleição que exclua a esquerda.

Mas todo este processo se dá no momento em que o regime discute a sucessão do atual presidente, Aparicio Mendez, que termina seu mandato em setembro. E os generais, ansiosos por ocupar o posto, lançaram uma campanha de denúncias e acusações entre si, pondo à luz do dia o escandaloso grau de corrupção a que se chegou nas forças armadas. O general Gregorio Alvarez, candidato a presidente, fez uma investigação que afeta de maneira direta ao chefe da escola militar, o chefe de polícia, o embaixador no Paraguai — todos gene-

rais — e grande quantidade de chefes e oficiais. Eles são acusados de estarem ligados a um especulador e dono de cassinos, que investia capital dos militares, aos quais chegava a pagar juros de até 10% diários. O caso é que o agente financeiro dos defensores da sociedade ocidental e cristã, Juan Soca, parece ter tentado iniciar seu próprio negócio, provocando a ira dos generais. Segundo se informa em fontes militares, o general Balestrino seqüestrou Soca, o torturou em dependências da escola militar e logo depois ordenou seu assassinato. O assunto provocou um grande reboliço e até o New York Times comentou o caso, assinando a pouca confiança que inspiram os generais uruguaio aos investidores. O general Manuel Nunez, Ministro do Interior, chegou ao ponto de acusar o comandante do exército, general Queirolo, de estar envolvido no caso e de ter sido subornado por Soca, o que deu início a uma crise militar e política.

Enquanto isso, a situação econômica se deteriora diariamente, agravada pela repercussão da crise argentina. Nesse marco, o movimento operário parece dar claros sinais de reanimação, ao que o governo responde no momento com a promessa de sancionar a lei das associações profissionais, que regulamenta a atividade sindical. Aqui, como no caso dos partidos políticos, trata-se de abrir caminho aos amigos do regime, os sindicalistas pelegos, enquanto se reprime ferozmente aos representantes dos trabalhadores organizados na Central Nacional de Trabalhadores (CNT).

Escolas de tortura

A partir do dia 20 de julho serão julgados publicamente os principais dirigentes da organização Tupamaros, desmantelada pela repressão. Entre os dirigentes está Raúl Sendic, fundador e líder principal da organização. Sendic, já condenado em primeiro grau a 20 anos de prisão, faz anos vem sendo sistematicamente torturado. Segundo a informação militar, existem hoje no Uruguai 1135 presos políticos.

A seguir reproduzimos trechos do livro "Confissões de um ex-torturador", numa entrevista com Garcia Rivas, o militar que desertou do exército uruguaio:

P: São realizadas aulas "práticas de tortura"?

R: Sim. Quase sempre se traz um detido da Companhia, onde em geral existem presos. Trazem um balde para o salão da escola e começam a golpear o detido ou a submergir sua cabeça dentro d'água, enquanto o outro interroga. (...) É uma aula para que todos se acostumem com a tortura e não para interrogar.

P: São realizados outros tipos de tortura nessas aulas?

R: Golpes, também são comuns o pau-de-arara e os choques elétricos. O choque pode ser dado em qualquer

lugar do corpo. Não existe um lugar especial. Acontece que as vezes se utiliza um pouco de sadismo, ele pode ser dado nos testículos, por exemplo, ou em qualquer lugar assim.

P: Isto costuma acontecer?

R: Sim. Geralmente acontece. Todos davam muita importância a essa aula.

P: A Escola de Inteligência continua funcionando atualmente?

R: Sim. Em 1º de janeiro de 1980 passou a ser um organismo oficial e, pelo que eu sei, foi ampliada. Essa "escola" fica na Rua Dante, esquina com a Rua República, no Bairro do Cordón. Montevideo.



(Arquitura publicada na imprensa peruana)

AMÉRICA ALTERNATIVA

EL SALVADOR: A FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) ocupou durante 24 horas a cidade Puerto de La Unión.

A operação estava destinada a garantir um desembarque de armas. Em La Unión, situada a 160 Km da capital, San Salvador, havia acessos militares norte-americanos organizando as forças de repressão para evitar o desembarque. A FMLN, no entanto, ocupou duas localidades vizinhas a La Unión, cortou as comunicações e garantiu o êxito da operação.

BOLÍVIA: O general Humberto Cayoja, comandante do exército, fracassou na sua tentativa de derubar o governo do general Garcia Meza. Foi a quarta tentativa frustrada desde que Garcia Meza assumiu o poder, em julho de 1980. O atual presidente havia fixado o dia 6 de agosto como data limite para seu governo, mas a 17 de junho declarou que "se o povo pedir" ele se veria obrigado a permanecer. Cayoja, que estava previsto como sucessor, lançou então seu golpe que foi abortado rapidamente. Cayoja justificou sua atitude pela necessidade de "limpar a imagem" das forças armadas, que aparecem hoje como um aparato estreitamente ligado aos traficantes de drogas.

Entre os exilados bolivianos de diferente países latino-americanos assegura-se que Garcia Meza não poderá estabilizar seu poder, que as forças armadas estão profundamente divididas e que as fraturas e o desprestígio que as debilitam, as ameaçam com "conseqüências imprevisíveis". Um núcleo militar está atualmente buscando contatos com os partidos isolados pelo golpe de 1980 e com setores de esquerda, para construir uma alternativa ao governo de Garcia Meza. Há 24 chefes militares no exílio, um asilado na embaixada da Venezuela e dois na clandestinidades.

ARGENTINA: Como informamos de última hora em nossa edição anterior, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) decretou uma greve geral por 24 horas a ser cumprida entre os dias 15 e 18 deste mês. "Só um acontecimento excepcional — declarou a CGT — poderá evitar a greve". O acontecimento excepcional seria um golpe de estado de caráter populista, encabeçado pelo general Bussi — variante em que acredita um setor da CGT — ou um giro de 180º do governo de Viola, incorporando os partidos do governo e chamando agora mesmo a uma saída democrática. Nesta última alternativa apostam os principais partidos (que estão se reunindo para formar uma frente comum), a igreja e setores da burocracia sindical. A crise econômica, no entanto, estreita as possibilidades de qualquer alternativa. Nos próximas 30 dias a crise — emergência nacional, segundo a própria junta — deverá chegar a um desenlace.

Revolução iraniana na encruzilhada

Um presidente deposto, caindo na clandestinidade. Um partido majoritário, o Partido da República Islâmica — Khomeinista —, com sua sede destruída por um atentado. Assim é o caminho traçado pela burguesia nacionalista para a revolução iraniana.

Por Wagner Cardoso

Como se já não bastasse a prolongada guerra contra o Iraque e os desgastes políticos e sociais - sem falar da bancarrota econômica - que ela está ocasionando, a recente destituição de Bani Sadr da presidência da República, assim como a explosão que destruiu a sede do Partido da República Islâmica (PRI), matando 72 pessoas só vieram a aprofundar a crise reinante no seio das classes dominantes iranianas.

Na verdade, esta crise existe desde a instauração da República Islâmica, logo após a derrubada popular e revolucionária do Xá, em 1979. Pois, se a direção de Khomeini e dos "mollahs" foi capaz de canalizar o descontentamento popular e derrubar uma das ditaduras mais sangüinárias já existentes, posteriormente ela se mostrou incapaz de construir o novo Estado. Tanto é, que a grande adesão de grupos políticos e de movimentos populares à Bani Sadr, deu-se sobretudo em função das posteriores medidas anti-populares do PRI, isto tanto no campo econômico quanto na progressiva restrição das liberdades democráticas ditas pelo clero xiita.

Guerra e Crise Econômica

A situação econômica do Irã foi bastante agravada nestes últimos meses, em consequência dos ataques iraquianos. A guerra provou também a incapacidade do governo de Teerã em resolver os problemas candentes, tais como o desemprego, o aumento vertiginoso do custo de vida, a falta de alimentos de primeira necessidade. Mostrando por outro lado que, mesmo militarmente, ele não apresentava soluções, pois suas medidas impedindo o armamento e a mobilização massiva do povo, confiando somente no exército regular, não conseguiram expulsar o inimigo, limitando-se a defender-se.

Além disso, os dirigentes iranianos continuavam a semear o descontentamento junto ao campesinato, pela ausência de uma real e igualitária distribuição de terras. A repressão às minorias nacionais também só serviu para distanciar mais ainda o governo das massas populares.

Bani Sadr: um Democrata?

Por seu turno, Bani Sadr, o "filho espiritual" de Khomeini, que somente conseguiu os 75% dos votos nas eleições presidenciais graças ao apoio decisivo do aiatolá, começou a articular sua própria política em duas frentes. A primeira, começou com a guerra. Como chefe das Forças Armadas, ele aproveitou-se para pessoalmente dirigir as mobilizações militares. Mas na realidade, seu objetivo era de ganhar para si parte da hierarquia militar herdada do Xá, o que conseguiu



Grandes mobilizações de apoio a Komeini em 1979 não mais se repetirão?

em parte. Entretanto, não convenceu os chefes das três armas que continuam fiéis a Khomeini.

Num segundo e decisivo nível, o então presidente, tentou canalizar o descontentamento de amplas camadas populares, comprando a briga com o PRI. Exemplos disso, são suas posturas contrárias face a leis como a "divisão do lucro" (que atingia o pequeno e médio proprietário e principalmente os comerciantes dos "bazares"); a sua simpatia para com a luta dos camponeses; a sua negativa face às posições do Parlamento quanto à assinatura de contratos com indústrias imperialistas, como a "Talbot" inglesa, de automóveis; encampou também a luta contra os "planos de aumento da exportação do petróleo", do PRI; assim como sua posição envergonhada mas divergente da totalidade do clero xiita, na questão do Kurdistan e sua luta pela autodeterminação.

Bani Sadr tentou por último, captar o descontentamento crescente quanto aos ataques aos direitos democráticos - certas reivindicações sobre a liberdade de imprensa e de expressão. E isso, num momento bem crucial, pois três dias antes de ser destituído da chefia das Forças Armadas, ele pronunciou-se frontalmente contra a interdição de todos os jornais de oposição, inclusive o seu, o "Engelab-e Eslami". Utilizando-se para isso de seus seguidores, que saíram às ruas enfrentando-se em batalhas sangrentas e mortais contra os "guardas da revolução", khomeinistas.

Mas todas estas aparentes "medidas democráticas" de Sadr não escondiam seus reais objetivos: apoiava-se essencialmente nos "bazares", nas camadas médias e no antigo aparelho do Estado, visando "reinstaurar a ordem" no país.

Face a um PRI ineficaz, ele, através de seu ar de "socialista islamita" (auto-determinação), declarava ao jornal "Le Monde", dias antes de sua destituição que "só um presidente forte, dotado de amplos poderes, está capacitado a governar um país como o nosso, mosaico de povos, de etnias e de religiões". Demonstrando com isso suas reais intenções e contentando ao mesmo tempo, quase todos os governantes europeus, que vislumbram através dele, uma saída social-democrata para o Irã.



A destituição do Presidente Bani Sadr pode levar o país ao caos.

Quanto ao PRI, a sua progressiva política de caos econômico e seus ataques incessantes às liberdades democráticas, visando assegurar-lhe o controle absoluto do poder - proibindo até a expressão de setores da burguesia - só está servindo para desgastá-lo.

O PRI e a Crise da Direção Burguesa

As constantes execuções de opositores ao regime - que aliás remontam à centena - repetindo os métodos da antiga polícia política do Xá, a "Savak"; e a consequente destruição de sua sede, na qual ele perdeu seus mais importantes homens políticos, começam a mostrar os primeiros sinais de desgaste desse tipo de direção.

A partir de agora, o mais importante dentro desse novo contexto, vai ser a reação das massas populares. O desenvolvimento da Revolução iraniana vai depender em muito da expressão política autônoma das classes exploradas, face à crise aberta pelas duas frações nacionalistas burguesas.

OPINION

MARROCOS: Massivas mobilizações populares ocorreram nas cidades de Casablanca, Rabat e Oujda, durante o dia 21 de junho. Face à decisão governamental de aumentar de 80 a 100% o preço dos gêneros alimentícios (óleo, farinha, etc.), a reação popular foi instantânea, obrigando o ditador a recuar. Casablanca foi palco de uma imensa greve geral, que levou dezenas de milhares de pessoas às ruas. Mas a repressão policial não tardou. Balanço: centenas de mortes e milhares de feridos, com a prisão massiva dos dirigentes sindicais.

Essas mobilizações fazem parte da recusa popular à "União Sagrada" em torno de Hassan II, ditada pelas organizações reformistas e principalmente contra a invasão do Sahara Ocidental, com o massacre do povo "saharaoui".

ITÁLIA: As eleições administrativas parciais que transcorreram durante os dias 21 e 22 de junho, mostraram um nítido avanço do PSI e do PCI. Tendo como principal derrotada a Democracia Cristã, que perdeu em média 3% de votos, caindo de 33,6% nas eleições regionais de 1976, para 30,8% nesse último escrutínio. No final de tudo, o grande beneficiado foi o PSI, que ganhou 4%, indo de 10% em 76, para 13,7%. Quanto ao PCI, manteve seu eleitorado, obtendo 32,8%.

Desta maneira, a esquerda conserva e amplia a maioria nas duas principais cidades do país, em Roma e Gênova, mantendo o controle dos respectivos Conselhos Comuns.

IRLÂNDIA: O governo inglês da anti-popular Thatcher continua no seu "impasse irlandês". E que apesar das 12 mortes anteriores, os presos irlandeses continuam seu forte movimento de greve de fome.

No dia 22 de julho, mais um republicano juntou-se a seus 6 companheiros na prisão de Long Kesh, perto do Belfast: Michael Devine, de 27 anos, condenado a 12 anos de reclusão.

Joe Mac Donnel, que já perdeu quase 20 quilos, está completando dois meses de jejum. Isso prova que, apesar da repressão, nenhum deles está disposto a abrir mão desta histórica forma de luta.

POLÔNIA: Visando a uma "boa preparação" do IX Congresso do POUP, em 14 de julho próximo, os burocratas de todos os horizontes mexem-se muito para não serem surpreendidos. Primeiro foi Kania que andou por todo o país, tentando convencer "suas bases" da validade de eleger delegados que, ao mesmo tempo estivessem de acordo com o "movimento de renovação", mas que também reconhecessem a "política externa" da Polônia. E o conseguiu, sendo somente uns 10% os que pedem democracia no partido. Mas nesse contexto, quem passou por maus momentos foram os "duros", onde o próprio Olszowski só obteve 51% dos votos necessários, em Varsóvia.

Por outro lado, a União Soviética também preocupa-se, pois até mandou Gromiko, chefe das Relações Exteriores, visitar os burocratas de Varsóvia. E por entre novo gerenciamento ministerial, demissões de uns e entrada de outros, pressões dos países irmãos e promessas de "fidelidade à comunidade socialista", dá para perceber que o equilíbrio de Kania continua instável.

Desmaoização e Socialismo

Recentemente se tornou público que no início de 1979, pouco depois da queda do Xá do Irã, o governo de Hua Gofeng e Deng Xiaoping permitiu que os Estados Unidos instalassem em território chinês uma base de espionagem para controlar os movimentos das forças armadas soviéticas.

Este fato escandaloso, somado ao pedido de Pequim para entrar na Comissão Trilateral, à decisão dos Estados Unidos de vender armas à China e os constantes ataques da camarilha dirigente à revolução centro-americana — que não vacila em exigir dos Estados Unidos que “dê uma lição em Fidel Castro” — configura um quadro em que o governo do Estado Operário chinês se alia ao imperialismo e não vacila em servir de instrumento da contra-revolução, cerrando fileiras ao lado do capital não só no terreno político, como também militarmente.

Esta expressão extrema da linha estalinista de “construir o socialismo em um só país”, levará prática à “teoria” maoísta sobre “imperialismo russo” e chega ao ponto de trocar tecnologia e assistência econômica norte-americana por uma política ativamente contra-revolucionária no sudeste asiático que alcançou seu ponto mais alto com a invasão chinesa ao Viet Nam. Porém esta linha não se desenvolve sem reação por parte das massas e grandes repercussões na cúpula do poder. O difundido julgamento do “bando dos quatro” e as recentes decisões do XII Congresso do PC Chinês mostram esse complexo processo.

Por Marcelo Zugadi

No auge de um longo processo de luta fracional, o XIIº Congresso do PC Chinês destituiu Hua Guofeng como presidente do partido nomeando em seu lugar Hu Yaobang, aliado de Deng Xiaoping que, de seu posto de secretário da Comissão Militar — controla as forças armadas — é o verdadeiro líder do atual governo.

Hua Guofeng foi indicado pelo próprio Mao, em 1976, para ocupar o cargo que ficava vago com a morte de Chou Enlai e nomeado logo pelo “grande timoneiro” como seu sucessor. Deng, por seu lado, havia sido qualificado por Mao como “o Kruschew chinês”.

Com estas mudanças, Deng dá um passo mais na consolidação de seu controle sobre a direção do partido, que já estava garantido desde o 5ª plenária do Comitê Central do PC Ch, realizado em fevereiro de 1980. Hua, por seu lado, conserva seu lugar no Birô Político, composto pelo presidente Hu Yaobang e seis vice-presidentes que, por ordem de importância, são os seguintes: Ye Jianying, Deng Xiaoping, Zhao Ziyang, Li Xiannian, Chen Yun e Hua Guofeng. O marechal Ye Jianying, veterano com grande prestígio nas forças armadas, é um aliado de Hua.

O fato de Hua ter sido destituído como presidente por seus “erros esquerdistas e sua disposição a promover o culto de sua pessoa”, mas ao mesmo tempo ser-lhe permitido manter uma das seis vice-presidências, foi apresentado por Hua Yaobang como uma mostra de boa vontade que permite ao burocrata em desgraça “emendar seus erros”. Mas na realidade trata-se de algo menos edificante. De um lado, mostra que a fração Hua está debilitada mas conserva grande parte de seu poder. (Ye Jianying figura como 1º vice-presidente). De outro lado, a divisão de postos reflete a necessidade das camarilhas burocráticas de manter a “unidade e estabilidade” (são as consignas de Deng) da cúpula partidária para enfrentar o descontentamento das massas e as exigências de democracia que vêm crescendo sem cessar desde a morte de Mao, particularmente no proletariado e no meio estudantil e intelectual.

O movimento pela democracia

Desde a demonstração de Tiananmen, o 5 de abril de 1976, quando mais de cem mil pessoas homenagearam a Chou Enlai com poemas e consignas antimaoístas (Mao ainda vivia) as demandas democráticas das massa chinesas têm sido, de fato, mais e mais sonoras. Os famosos diários murais se estenderam por todo o país e apareceram numerosos periódicos e revistas à margem do controle oficial. Em 15 de

setembro de 1980, representantes de 21 dessas publicações se reuniram em Canton para formar uma Associação de Publicações não Oficiais da China.

A Associação, por sua vez, publica um periódico, *Dever*, que até janeiro havia editado 4 números. *Dever* informa sobre numerosos fatos demonstrativos de que os reclamos democráticos se estendem por todo o país. “Em Pekin quase todas as universidades estão em processo de eleição”, informa *Dever* e acrescenta: “desde que os trabalhadores da Fábrica de Automóveis Xangai abriram o precedente de trabalhadores apresentarem-se para as eleições (fora do controle partidário), em todo o país os trabalhadores estão seguindo o exemplo”.

Em 17 de novembro de 1980, dois jovens trabalhadores se apresentaram como candidatos em suas fábricas, no distrito de Zhaoyang, para a eleição de deputados populares. Um deles é membro do conselho editor de um jornal não oficial. Ambos lançaram um manifesto no qual explicavam as bases de suas candidaturas: “durante dez anos de destruição o povo chinês sofreu os efeitos da revolução cultural; o Estado e o povo sofreram uma grande devastação. Esta é uma demonstração de que, por não ter o povo o poder para dirigir o país, controlar seu próprio destino, todo o poder caiu em mãos de uma minoria cujos erros causam pesados sacrifícios a todo o povo”.

“É o forte desejo das massas — continua o manifesto — que os deputados do povo representem realmente o povo”. Um dos candidatos obteve o 3º lugar em sua fábrica e o outro o 4º.

Tática e estratégia de Deng Xiaoping

No início de sua luta contra a fração de Hua Guofeng, a tática de Deng foi apoiar-se na vanguarda que luta pela Democracia Socialista e critica o maoísmo. Mas rapidamente viu os perigos desta tática. Em um “Informe sobre a situação atual e as tarefas” apresentado em janeiro de 1980 numa reunião de 10 mil quadros do partido, das forças armadas e do governo, Deng apresentou seu verdadeiro ponto de vista ao expor seu plano para 1980. O plano se sintetizava em tres pontos: primeiro, para evitar uma 3ª guerra mundial a China deve lutar contra a hegemonia soviética; segundo, para alcançar a unificação da pátria é necessário recuperar Taiwan; terceiro, deve-se acelerar a reconstrução econômica, ou seja, a conclusão das “quatro modernizações” (na agricultura, na indústria, na defesa e na ciência e tecnologia).



De grande timoneiro a grumete

Aqui trechos significativos do documento do C.C. do P.C. Chinês: “Resolução sobre algumas questões da história de nosso partido desde a fundação da República da China”.

O documento se divide em sete seções e é resultado evidente da luta e negociação entre as distintas frações. Sua aprovação naturalmente unânime foi trabalhosa e essas dificuldades, sobretudo à luz do caráter híbrido do resultado, expressam a fragilidade da atual unidade na cúpula.

A substância política desta resolução se percebe no tratamento do papel de Mao Tse-Tung, “grande marxista e grande revolucionário, estrategista e teórico proletário” a quem seria falso e injusto “questionar seu papel dirigente na revolução e construção do nosso país, unicamente porque cometeu erros nos últimos anos de sua vida”. Entretanto, “também é absolutamente errado adotar uma atitude dogmática a respeito das palavras do camarada Mao Tse-Tung e considerar tudo o que ele disse como uma verdade inalterável capaz de ser aplicada de maneira mecânica em todo lugar”.

O documento distingue três períodos para julgar Mao. Durante o primeiro (1946/56) os princípios orientadores e as medidas políticas fundamentais foram corretas; no seguinte, as “grandes realizações” não podem ocultar que se “cometeram grandes erros”. Porém se Mao já havia sido ganho pela “presunção e o subjetivismo” não obstante “não seria possível atribuir-lhe todos os erros”.

Este período, entretanto, prenunciava a Revolução Cultural “desencadeada por Mao” e que foi “um grave erro esquerdista que deve ser assumido por ele e que provocou as maiores regressões e perdas desde a fundação da República Popular”.

Esse erro “de dimensões nacionais e de longa duração” foi o de “um grande revolucionário que na noite de sua vida confundiu o que é justo com o que é errado, o povo com o inimigo”.

O documento veio a público no 60º aniversário do PC Chinês, fundado em 1º de julho de 1921, em Xangai, por doze militantes e que conta hoje com 36 milhões de membros.

Porém o central é o plano econômico; e este não pode ser cumprido sem alcançar uma situação política de estabilidade e unidade. Ao chegar a este ponto Deng assinalava uma ameaça para a estabilidade e unidade: “atualmente há algumas idéias sociais (notem bem: idéias sociais! M.Z.) especialmente idéias dos jovens, aos quais há que se prestar atenção. Por exemplo, no diário mural de Hsi Tang (o mais famoso, batizado pelos correspondentes estrangeiros “muro da democracia”) apareceram muitas coisas que, se permitidas desenvolverem-se livremente, quem sabe aonde irão parar (...). A tendência e os objetivos reais da assim chamada fração democrática e os dissidentes, deve ser claramente reconhecida. Não sejas ingênuos: ali estão envolvidos anarquistas e outros indivíduos extremistas. Todos estes fatores ameaçam a estabilidade. Apesar do caráter diverso desta gente, sob certas condições eles se uniram e terão uma influência destrutiva que se pode converter em um furacão (...).

Os comunistas — os quadros partidários e especialmente os dirigentes — não devem vacilar na luta contra estes elementos criminosos (...). Absolutamente não permitir a distribuição de propaganda.

A liberdade de imprensa e reunião está descartada, para os contra-revolucionários. Não permitir absolutamente a ninguém reunir-se com essa gente as costas do partido”.

É esta a base que empurra a burocracia chinesa a aliar-se com o imperialismo para levar a cabo uma política que lhe permita manter-se no poder. Não parece exagerado, à luz desse discurso, concluir que a camarilha contra-revolucionária que governa a China está muito mais que inquieta com a dinâmica da oposição que luta pela democracia socialista. Sob certas condições, disse Deng, pode converter-se em um furacão.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Raul Pont (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Flávio Andrade, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Robinson Ayres, Tom Duarte e Valmir Menezes.

Jornalista responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS n.º 9.149

Arte: Paulo Roberto

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414, fone: 852-8880 - CGC. 19.858.067/0002-70

Sucursais: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550; Porto Alegre - Av. Osvaldo Aranha, 1470, Loja 20; Rio de Janeiro - Caixa Postal 4680

Impressão: Cia. Editora Joruês. R. Gastão da Cunha, 49, São Paulo, fone: 531-8900

FORD

Quem fosse até o pátio da Ford em São Bernardo, ficaria impressionado com a tranquilidade destes milhares de operários nas assembleias. Nem slogans, nem frases de efeito. Não são aprendizes: sem hesitação, reagiram a um membro da chapa 2, de oposição a Lula, que percorreu as seções propondo a volta ao trabalho já que a Ford havia assegurado seis meses de estabilidade. Nem desconhecem a sua força: sabem que esta greve pode ser o estopim para o ABC, hoje com dezenas de milhares de desempregados.



Ford: greve de solidariedade na fábrica.

Greve contra o desemprego

Por Vilma Amaro

“ Já que o governo e as empresas não tomam nenhuma providência, o trabalhador terá que agir, tomando suas próprias decisões. E a greve é a única resposta que os trabalhadores podem dar às demissões da Ford, seguindo o exemplo da Fiat, do Rio de Janeiro”. A afirmação foi feita por Lula, numa reunião com trabalhadores da Ford algumas horas depois de a empresa ter comunicado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo a demissão de 400 trabalhadores, “devido à retração do mercado”, conforme alegou. Essa proposta de paralisação, em solidariedade aos operários demitidos, mostra muito bem a liderança e a identificação com os trabalhadores de sua base, que a ex-diretoria do Sindicato vem mantendo, apesar de sua cassação e condenação. Há 20 dias, cerca de 1200 trabalhadores foram demitidos da General Motors de São Caetano e o Sindicato, dirigido por João Lins, nada mais fez do que criticar timidamente a empresa, sem realizar nenhuma imobilização. No caso da Ford, a pronta ação da ex-diretoria de S. Bernardo, a mobilização imediata, motivaram o sucesso do movimento iniciado nas primeiras horas de segunda-feira, dia 6, na Ford.

Com 12.000 trabalhadores, a Ford é a segunda maior indústria da região, depois da Volks, e sempre se destacou pela com-

batividade dos trabalhadores. E a notícia das demissões deixou todos os operários revoltados. Não foi preciso muita falação da ex-diretoria para que o pessoal começasse a parar. E, numa prova de que as previsões de Lula foram corretas, quando ele afirmava, há alguns meses, que as próximas greves iam ocorrer dentro das fábricas, os trabalhadores da Ford iam batendo o cartão e sentando em cima das máquinas. “Esta é uma greve de consciência”, ressaltou Lula na assembleia realizada segunda-feira à tarde no pátio da empresa, com a presença de mais de 4 mil trabalhadores. Isso não quer dizer que a nova tática não possa ser revista. “No momento em que percebermos que os patrões e governo estão se utilizando do nosso movimento, a gente muda de tática”, advertiu Lula.

Lutar pela readmissão

As palavras de ordem da greve refletem a conjuntura difícil que atravessa a classe operária neste momento: readmissão dos demitidos, fim das dispensas e estabilidade. Djalma de Souza Bom, também da ex-diretoria, lembrava que já existem 60 mil demitidos na região. “E a demissão de mais 400 operários é um exemplo claro da irresponsabilidade das multinacionais, que procuram jogar a

culpa da crise nas costas do trabalhador”, afirmou.

Essa atuação das empresas tem motivado uma reação em cadeia dos trabalhadores. Curiosamente, a fábrica de tratores da Ford que não havia parado na 2ª feira, porque ali ninguém havia sido demitido, entrou em greve depois que para lá se dirigiram alguns trabalhadores, pedindo a solidariedade de todos.

Tanto na paralisação da fábrica de tratores, como na fábrica de automóveis, o atual candidato a presidente do Sindicato pela chapa Um, funcionário da empresa, desde sua instalação em São Bernardo, Jair Meneguelli, teve atuação destacada. Ele percorreu várias sessões da fábrica discutindo a importância da paralisação, uma vez que a classe operária estava sendo atingida em seu conjunto. E se os trabalhadores não se unissem para evitar novas demissões, a situação iria piorar, com as multinacionais fazendo e desfazendo dentro do país”.

Outra adesão importante dentro da empresa foi a dos mensalistas. Enquanto a greve no setor de produção atingia cem por cento, logo na segunda-feira, muitos mensalistas aderiram espontaneamente ao movimento, fazendo rodinhas em suas salas para discutir a greve.

Luis Inácio da Silva qualificou a nota oficial da Ford sobre a paralisação sim-

plesmente de “escrota”. A empresa lembra que iria readmitir os operários despedidos, tão logo houvesse recuperação do mercado. “A Ford diz que vai readmitir, mas não diz quando. Imaginem se o trabalhador ficar em casa esperando essa promessa”. O ex-presidente do Sindicato afirmou também que a Ford lançou o Del Rey com um preço uma vez e meia maior que o do Corcel, seu carro mais vendido. Ora, se a fábrica vende cinco veículos Del Rey, ao invés de 10 Corcel, ela vai ter o mesmo lucro, utilizando apenas a metade da mão de obra.

Crise?

A empresa, por outro lado, se queixa de ter em estoque cerca de 4200 veículos. “E a culpa por acaso é do trabalhador? O problema é que as multinacionais só pensam no lucro, não estão interessadas em resolver questões sociais”, afirma novamente Djalma.

“Depois do solene não dado no primeiro semestre pelos trabalhadores da Volks, à proposta de redução da jornada de trabalho, com redução de salários, a greve da Ford é o fato mais importante ocorrido no ABC este ano. E estas duas decisões, mostram que os trabalhadores assumiram a iniciativa da luta contra o desemprego”, concluiu Lula.

Os desafios desta greve

A politização das lutas operárias é a grande marca das greves recentes.

Os operários da Ford, em São Bernardo do Campo, retomaram a bandeira de seus companheiros da Fiat do Rio de Janeiro. A greve deflagrada na indústria automobilística, que teve o melhor desempenho do ano passado, atesta uma efetiva tendência à politização das lutas operárias. E marca fortemente no calendário o mês de outubro, época em que alguns milhões de trabalhadores do país estarão em campanha salarial.

A redução de jornada de trabalho sem redução de salários, já foi conquistada por algumas categorias, como é o caso dos

metalúrgicos da Aços Anhangera, em Mogi das Cruzes, SP, ou dos petroleiros — 43 mil em todo o país. A resposta dos operários da Volks, da Fiat, da Ford, numa autêntica corrida de revezamento, aponta sem dúvida para uma evidência: os trabalhadores estão dispostos a preparar e deflagrar suas lutas.

Em contrapartida, mostrando qual a atitude que o governo espera dos sindicalistas pelegos, a diretoria dos metalúrgicos de São Paulo, em novembro último, emitiu nota contra a reivindicação das 40 horas semanais, entre outros motivos porque ela

exigiria muitas mudanças na estrutura da produção metalúrgica do país. Joaquinção e sua turma afirmavam, então, que estavam estudando a questão. Já faz quase nove meses, suspeita-se de um aborto... O fato é que as direções conservadoras e pelegas tudo estão fazendo para não convocar assembleias, para “tranquilizar” os operários.

Ao sindicalismo autêntico e ao Partido dos Trabalhadores, as lutas operárias também trazem seu recado: é preciso organizar assembleias, preparar as lutas, encaminhar uma campanha salarial unificada dos trabalhado-

res de todo o país, passando, como é tradição antiga no movimento operário brasileiro, pelas articulações e assembleias intersindicais e pelas greves gerais estaduais e nacionais. Porque, pelo que indicam os patrões e o governo, eles não se mostram decididos a nenhuma concessão.

Mas fica evidente também, que a pressão dos trabalhadores colocará em pauta questões cada vez mais amplas, na medida em que exijam que as empresas multinacionais operem no vermelho, que abram suas contas, que deixem de remeter seus fabulosos lucros e pagamentos de patentes para

suas matrizes. Essas e outras questões apontam para um fato que nem mesmo as lideranças mais avançadas do movimento operário ainda tem colocado mais abertamente: a questão do poder, de quem administra o país que está em jogo.

Por essas e outras razões, o PT, mais que ninguém, na medida em que representa a aspiração de governo dos trabalhadores, tem que ter uma atitude decidida no apoio a essa greve e na deflagração de um processo nacional de lutas.

(R.M.)